

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

De 18 a 24 de outubro de 1992. nº 60

ANGOLA: Eleições terão segundo turno.

Angola viveu uma semana extremamente complexa e agitada, entre 13 e 19 de outubro. Como disse o jornalista Antônio Matos, que vem cobrindo o processo eleitoral angolano para o jornal português Público, em Angola "o que é verdade hoje já não o é seguramente daqui a um par de horas"; há uma prodigiosa corrente de informações contraditórias, denotando a extrema indefinição do quadro político, em função, basicamente, da imprevisibilidade do comportamento da UNITA.

De concreto, o que temos é a confirmação da necessidade de realização de um segundo turno nas eleições presidenciais, uma vez que nenhum concorrente alcançou a votação requerida (50%+1): José Eduardo dos Santos esteve bem próximo disso, tendo recebido 49,57% dos votos, ao passo que Jonas Savimbi, obteve 40,07%. Nas eleições legislativas o MPLA de José Eduardo conseguiu a maioria absoluta, com 129 dos 220 assentos na Câmara; a UNITA de Savimbi, em contrapartida, elegeu apenas 70 deputados. Não se tem certo, todavia, quando este segundo turno terá lugar, havendo especulações que ele poderia ocorrer somente em janeiro de 1993, ou mesmo se ele será efetivamente realizado.

A atitude da UNITA de recusar-se a aceitar o resultado das eleições, por considerá-lo fraudulento e manipulatório, recebeu um desmentido formal da ONU, por intermédio da representante especial do Secretário-Geral Butros Ghali, Margaret Anstee, que afirmou terem sido as eleições angolanas "livres e justas", sem que houvesse a "fraude sistemática e generalizada" denunciada pelo movimento de Savimbi. Contudo, a subsequente saída dos generais das antigas FALA (braço militar da UNITA) das novas forças armadas unificadas, provocou uma crise gravíssima, não sendo possível afastar a hipótese de um reinício da guerra civil. Embora os "dúros" de ambos os lados — e principalmente os da UNITA — aparentem disposição de ir até o fim, a via negociada, felizmente, não foi abandonada, tendo sido marcada para a segunda-feira 19/10 um encontro entre José Eduardo e Savimbi, em busca de uma fórmula para que o processo de pacificação e democratização de Angola não seja interrompido, ainda que eventualmente "ultrapas-

sando" a letra dos Acordos de Bicesse. Cumpre destacar ainda a significativa atuação da comunidade internacional em favor da preservação do referido processo de democratização em Angola, nomeadamente, do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof "Pik" Botha, que vem tendo destacada atuação — para alguns observadores, demasiado destacada ... — na movimentação político-diplomática desencadeada pela crise, junto, principalmente, a seu antigo aliado Savimbi.

O encontro entre José Eduardo e Savimbi ao qual foi feito referência mais acima não ocorreu; alegando razões de segurança, como noticiou a imprensa brasileira, o líder da UNITA não compareceu à reunião. Permanece indefinido, portanto, o rumo dos acontecimentos em Angola. (pp. 1 a 7) FN

NESTA EDIÇÃO:

Jornalista explica fracasso eleitoral da UNITA

pp. 2-3

Moçambique e o perigo da "Somalização"

pp. 10-11

Zulus contra acordos governo-ANC

p. 12

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

MOÇAMBIQUE: A paz não afasta as ameaças de desintegração do país.

Os moçambicanos continuam desconfiados diante das possibilidades concretas para implementação do acordo geral de paz. Esta árdua tarefa caberá ao Estado, aos frágeis partidos, à tenue sociedade civil, à comunidade e à Cruz Vermelha internacionais e, especialmente, à ONU e aos seus capacetes azuis, cuja missão compreenderá a verificação e o controle do acordo até a realização das eleições gerais, que talvez ocorram dentro de 1 ano e meio.

Mas, uma das questões mais difíceis — agravada com o processo de desintegração institucional e a divisão do país entre o Estado frelinense e a Renamo —, será o controle e desarmamento dos "senhores da guerra", pois a paz para esses grupos tende a ser pouco atrativa. Contudo, mesmo estando presentes muitos obstáculos, o processo que se abre terá que ultrapassá-los. Já fora aprovada a lei da anistia que, amplamente, isenta os crimes contra a segurança do Estado. Seguir-se-á o acantonamento das tropas, o controle das operações militares (e das armas coletivas e individuais), a criação de um exército único e oficial (necessidade urgente para proteger a população contra todas as formas de violências), a mobilização dos partidos políticos, a reintegração dos desmobilizados, das populações refugiadas e deslocadas.

A sociedade moçambicana (com todas as suas alteridades), encontra-se saturada da intensa convivência com diversas formas de violências, seca e fome alastrantes, mortes estúpidas e incessantes, doenças epidêmicas e com salteadores e grupos armados incontroláveis. Uma série de gravíssimos problemas que parecem fazer com que a realidade do poder escape crescentemente à Frelimo e à Renamo. O país parece sujeito à ronda dos espectros (talvez mais assustadores) de Biafra, da Etiópia e da Somália. Sua sobrevivência, sob os estados de guerra ou paz, ainda é (e será) uma questão presente. (pp. 8 a 11) EB

ÁFRICA DO SUL: De Klerk discursa no Parlamento sobre eleições e violência.

O presidente sul-africano Frederick DeKlerk declarou, em uma sessão extraordinária do Parlamento, na Cidade do Cabo, realizada em 12/10/92, que as eleições multirraciais previstas pelo processo de reformas políticas no país somente realizar-se-ão após a situação de confronto e violência ser superada. De Klerk afirmou que os "exércitos privados" devem ser abolidos, numa clara alusão à ala militar do ANC, o Umkhonto we Sizwe (ou "MK"); embora o ANC tenha suspenso as atividades do MK desde 1990, recusa-se a desmobilizá-lo antes do fim da dominação branca no país. Durante a referida sessão ocorreu uma manifestação em frente ao Parlamento, liderada pelo ANC, onde era exigida a eleição de uma nova representação nacional, verdadeiramente democrática, sem a presença de critérios excludentes de cunho racial. (Três dias depois, todavia, a Câmara mestiça do Parlamento impediu que fosse aprovada uma emenda constitucional, que poderia tornar possível a integração de ministros negros no governo do país).

Caráter muito diverso teve a manifestação ocorrida em Johannesburg. Milhares de zulus, portando suas armas tradicionais, ocuparam o centro da cidade, protestando contra as decisões provenientes da reunião entre De Klerk e Mandela, ocorrida a 26 de setembro, nomeadamente: a proibição do uso destas armas tradicionais e o fechamento dos hostels (que, no dizer do jornal português Público, tornaram-se "bastiões do Inkatha", sendo considerados "fontes de violência inter-étnica"). O Inkatha rejeita a idéia da eleição de uma Assembleia Constituinte, contestando a decisão do governo DeKlerk de negociar com o ANC. Cabe recordar que os zulus são a maior etnia da África do Sul, com cerca de 6 milhões de pessoas, e o Inkatha procura apresentar-se como seu único representante. Isto não é verdadeiro, posto que significativa parcela dos membros desta etnia apoiam o ANC de Nelson Mandela, o que, embora não chegue a eliminar o impacto da recusa do Inkatha em aceitar a retomada das negociações tal como foi efetuada, faz com que ele seja sensivelmente reduzido. (pp. 11 a 12) FN

Segunda volta dentro de um mês

Mais um susto em Luanda

eleições decorreria sob a supervisão de seis a dez mil observadores da ONU.

"Não sou malandro"

"Não retiramos que houve fraude e muita. Mas mesmo com tanta fraude, tanta mentira, não passam dos 50 por cento", disse Savimbi à enviada da TSF Ana

Margarida Matos. O líder da UNITA manteve as acusações feitas à candidatura de José Eduardo dos Santos mas garantiu que aceita os resultados. "Acabo de falar com o secretário-geral Butrus-Ghali, que me confirmou os resultados. Tem que haver uma segunda volta. Pronto. Já é uma boa notícia".

Savimbi disse-se disposto a não decidir nada quanto às eleições legislativas, enquanto não falar com os outros partidos seus aliados: "Não posso dizer nada. Falei com os partidos aliados antigos. Ainda tenho partidos aliados novos, a quem tenho muito respeito, e com quem vou agora falar. Não posso decidir nada, senão o país está outra vez nas mãos de um homem. As pessoas têm muito medo de Savimbi. Dizem que sou muito forte, um malandro... Não sou nada".

E acrescentou, dirigindo-se directamente à imprensa, a quem acusou de ter veiculado uma má imagem de si para o mundo. "A imprensa não ajudou. Sempre tentou projectar-me como um homem mau, um homem agressivo (...). Fizeram mal. Foi a UNITA que defendeu que o angolano é o preto, o mulato, o branco. O MPLA nunca disse nada".

Nos termos da lei eleitoral, a segunda volta realizar-se-á 30 dias depois da publicação dos resultados oficiais, o que pode acontecer ainda hoje, ou ser feito numa data posterior, a acordar entre os partidos. ■

Savimbi declarou, após aceitar os resultados eleitorais e parte logo mesmo para Luanda a fim de se encontrar com o seu rival José Eduardo dos Santos. Os dois disputarão dentro de um mês o segundo voto das presidenciais. E o fim de duas semanas de tensão que começaram por em causa o processo de paz.

A informação foi dada por Jonas Savimbi em pessoa aos correspondentes e enviados especiais chamados pela UNITA ao seu refúgio do Huambo: vai haver segunda volta das presidenciais, disse-lhe o secretário-geral da ONU, e, nesses termos, regressa "com satisfação" a Luanda, em cujo aeroporto, considerado como "terreno neutro", se dispõe a encontrar-se, ainda hoje, com o seu rival e líder do MPLA, José Eduardo dos Santos.

Os números sobre os resultados definitivos das eleições de 29 e 30 de Setembro, que Savimbi exigiu fossem divulgados oficialmente ainda ontem à noite, em Luanda, pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) indicavam, à hora de fecho desta edição, que após a recontagem dos votos nulos, José Eduardo dos Santos descera para 49,50 por cento, e Jonas Savimbi subira para 40,60 por cento, o que tornou imperioso, nos termos da lei, o recurso a uma segunda volta das presidenciais. Os números finais das legislativas avançados em Luanda e no Huambo (carecendo também ainda da chancela oficial do CNE), assinalavam também uma ligeira descida do MPLA para 53,74 por cento, e a subida da UNITA para 34,1 por cento. Em terceiro lugar, a FNLA com 2,4 por cento.

O "sim" de Savimbi aos resultados eleitorais culminou duas semanas de tensão crescente, em Angola — onde nos últimos dois dias embaixadas preveniram os seus nacionais para a eventualidade de uma evacuação de emergência — e uma febril actividade diplomática de que o ministro sul-africano "Pik" Botha emergiu como figura central.

Informações de fontes não oficiais diziam que um compromisso para a partilha do poder estava em negociação entre Eduardo dos Santos e Savimbi, e que a realização da segunda volta das

PASSAM 40 minutos da meia-noite quando se ouvem as primeiras explosões. Percebe-se que é longe, a vários quilómetros do centro da cidade. Um grupo de jornalistas interrompe uma conversa de circunstância com que queimava mais umas horas, no átrio do Hotel Tivoli, e precipita-se para o terraço do edifício.

No lado sul da cidade, da noite fizera-se dia. É naquela direcção o Futungo de Belas, a residência do Presidente da República, recorda alguém. Tão grande cegueira e intensidade de rebentamentos jamais poderia ser fruto de um ataque de artilharia pesada. Mesmo assim, a dúvida instala-se e o pânico toma conta da cidade, sobretudo nos bairros contíguos ao aeroporto, onde a população abandonou as casas.

Sem informações precisas sobre o que se passava, Carlos Amorim, delegado em Angola da ESTA, empresa de hotelaria, apressa-se em direcção ao aeroporto, onde se encontram mais de 20 cooperantes portugueses que trabalham para aquela empresa. Com ele, o repórter do PÚBLICO. A cidade está completamente deserta. A intensidade dos rebentamentos é crescente. O horizonte torna-se cada vez mais vermelho e a nuvem de fumo alastra. Os primeiros polícias, apenas dois, aparecem na rotunda fronteiriça ao aeroporto.

No edifício do "catering" do aeroporto, os guardas tinham-se resguardado algures e os portugueses estavam recolhidos na cave. Correm inclinados em direcção a dois carros que os levam para o hotel Trópico. Para quase todos, os sinais eram de guerra. "É o princípio de um triste fim", desabafa um. No caminho de regresso, a polícia vai tomando posições. "Avancem depressa. Coragem", grita um anti-motim ainda com a farda na mão. Há grande correria.

Do hotel partem agora dois grupos de jornalistas. Dirigem-se de novo ao aeroporto. Admite-se já que se trata do rebentamento de um paiol, para os lados do Futungo de Belas. Percebe-se mais tarde que é junto à vila do Gamek, onde habitam sobretudo brasileiros da Odebrecht, empresa encarregue da construção da barragem de Kapanda. Um paiol da Força Aérea Angolana, com munições obsoletas, muitas ainda do tempo dos portugueses. Os habitantes dos musseques próximos do aeroporto — Prenda, Cassende e Rocha Pinto — abandonaram as casas. Um grupo de mulheres levanta-se de repente quando se ouvem rajadas mais próximas. Sabe-se mais tarde que duas pessoas morreram no Prenda e uma

no Cassende, vitimadas, segundo a polícia, por disparos dos guardas dos comités-piloto da UNITA. Tinha-se que a troca de tiros se propagasse um pouco por toda a cidade. No asfalto, porém, a tranquilidade era absoluta.

Surpreende os jornalistas a facilidade com que lhes é dado acesso à placa do aeroporto. Visto daí, o espectáculo é dantesco. Como um insuperável fogo de artifício, mais composto agora com as balas tracejantes que se cruzam no ar. O cheiro a pólvora é intenso. A tripulação portuguesa de um Hércules C-130 da companhia aérea do sul-africano Hellinger, Transafrik, aguardava o fim dos rebentamentos, que a levava a abortar a descolagem. Não parecem emocionados com o panorama. Junto aos musseques, polícias com altifalantes apelam à calma: "Regressem às vossas casas. Não é guerra. É só um paiol a arder. Regressem".

Os últimos estoiros ouviram-se no centro de Luanda passavam poucos minutos das três horas. O incêndio do paiol tinha provocado apenas danos materiais. Significativos na vila do Gamek, em cujas casas — pré-fabricadas — os vidros ficaram desfeitos. Uma, segundo relato de um morador, ficou desmantelada com a deslocação de ar provocada pelo rebentamento de uma bomba de 500 quilos. De acordo com um dos membros da guarnição do local, constituída por 14 militares, a explosão foi desencadeada por um roquete disparado para o paiol, o que permite admitir a hipótese de sabotagem. Esta hipótese tem sido, aliás, sustentada na Rádio Nacional de Angola, em cujo noticiário das 13 horas foi lida ontem uma nota de abertura em que se acusava a UNITA de violar os acordos de paz. Neste editorial propunha-se, inclusive, a ilegalização daquele partido. Três suspeitos foram detidos e um deles teria confessado pertencer à UNITA, disseram fontes angolanas, enquanto esperavam o comunicado oficial ontem à noite.

A notícia dos rebentamentos, divulgada em Portugal quando ainda não se tinha percebido a sua origem, preocupou alguns governantes, nomeadamente o ministro da Defesa, Fernando Nogueira telefonou imediatamente para o general Tomé Pinto, em Luanda, que desfez o equívoco. Ao que se sabe, também o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, ficou em alvoroço, tendo abandonado o barco-hotel grego em que está alojado para se dirigir ao Futungo de Belas às duas da madrugada (ver ao lado). ■

António Matos
em Luanda

Por que não voou o galó

AS ELEIÇÕES em Angola, apesar das acusações de fraude da UNITA e outros partidos, entre os quais a FNLA, não escondem um dado significativo: independentemente das irregularidades que tiveram lugar, houve muito mais gente a votar no MPLA e em José Eduardo dos Santos do que em Savimbi e no seu partido. Ao contrário do que, numa referência ao símbolo do partido, cantavam nos comícios os militantes da UNITA — «O nosso galó voa», o galó deles não voou.

Este facto, que em algumas partes do mundo seria irrelevante, contradiz — em África e em Angola — todos os manuais de ciência política. Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em São Tomé ou em Cabo Verde, ou mesmo na Zâmbia, é notável que um partido há 17 anos no poder tenha vencido umas eleições livres. Mais notável ainda se tivermos em conta que esse partido organizou um Estado repressivo, inepto e corrupto; se baseou numa ideologia que ruíu em todo o mundo; e foi apoiado militarmente, durante a guerra civil, por um país — Cuba — hoje totalmente desacreditado na cena internacional.

Há um ano, nenhum observador apostaria um tostão na vitória do MPLA. Os empresários estrangeiros baseados em Luanda não dariam um dólar para a sua campanha. Porém, quanto melhor conheciam a UNITA mais gostavam do MPLA. Dois meses antes das eleições de 29 e 30 de Setembro, a maioria dos observadores olhava com agrado os sucessivos erros de Savimbi e com simpatia os constantes avanços de Eduardo dos Santos.

Esta extraordinária reviravolta ficou a dever-se apenas a um homem: Jonas Malheiro Savimbi, o mais decisivo trunfo do MPLA.

EXISTE um conjunto de erros que todos os que acompanharam os 16 meses entre a assinatura dos acordos de Bicesse e as eleições apontam ao líder da UNITA. Jornalistas, empresários e observadores internacionais — cujas análises são muitas vezes feitas em conjunto nos átrios dos hotéis — concordam em que a derrota de Savimbi se ficou a dever, em grande parte, a uma concepção completamente errada que o velho líder guerrilheiro tem da Angola de hoje. Ao assumir-se

HENRIQUE MONTEIRO enviado de Luanda*

como um líder tribal, ao desprezar «o asfalto» (ou seja, os angolanos dos centros urbanos), ou ao não «civilizar» o seu movimento, que durante 17 anos foi uma máquina de guerra cada vez mais poderosa, cavou a sua própria e, para ele, inesperada derrota.

«Alguns dos nossos militantes estão a suicidar-se nos musseques», dizia há dias um alto responsável da UNITA a um grupo de jornalistas portugueses. A frase não é exagerada: os apoiantes de Savimbi temem, obviamente, as represálias. «Não andámos a lutar para isto» — eis outra frase amíde ouvida. De facto, não parece simples explicar — a quem «suou, sofreu e morreu na mata» ou nas duras prisões do regime do MPLA — que a democracia é um bom fegime, mesmo quando se perde. A democracia sempre apareceu a estes guerrilheiros como o caminho mais directo para o poder. Para eles, 1992 era «o ano das eleições livres para a alternância no poder». Ora, se essa alternância que lhes parecia inevitável não sucedeu, eis que retiram a conclusão de que a democracia também não lhes serviu.

Angola não é um país de uma só nação, como o não são muitos países de África — eis algo que os ocidentais, mesmo os portugueses, tendem a esquecer. No espaço imenso do Estado (que apenas o é porque os portugueses lhe impuseram estas fronteiras), coexistem quimbundus, ovimbundus, cuanhamas, quicongos e quicocos, para referir apenas as etnias mais importantes. Enquanto o MPLA, ao fim de 17 anos de poder, não surgia como único e exclusivo representante de um destes grupos, mas sim algo talvez exterior a todos eles, a UNITA baseava-se apenas num deles — o dos ovimbundus, originários do planalto central e do sul, onde se situam Huambo, Bié, Benguela e Cuando-Cubango — precisamente as províncias onde Savimbi (que pertence à etnia) e a UNITA venceram.

José Eduardo dos Santos, nos seus comícios, falou sempre em português (embora algumas vezes fosse traduzido para os dialectos locais). Savimbi, além do português, utilizou quase sempre a língua da sua tribo. O modo como falava em português e em umbundo (dialecto dos ovimbundus) era diverso. O português reservou-o para os discursos mais institucionais, para a comunidade internacional ouvir. Em umbundo falava com cumpli-

cidade — com os dejes. «Agora, é a nossa vez de governar», chegou a dizer na sua língua nativa. E esta frase, se poderia trazer boas notícias para os ovimbundus, trazia necessariamente más notícias para outras etnias. A escolha foi, portanto, entre um Presidente desgastado pelos erros de 13 anos de poder, que nunca se assumiu como membro de qualquer etnia — um homem que se apresentou como um estadista, acima das divisões tribais —, e o líder de uma etnia, que nem sempre se revelava particularmente simpática para as outras. Apesar do esforço de Savimbi ao falar quicoco nas Lundas, os eleitores destas províncias votaram em massa Eduardo dos Santos.

PARA a UNITA, Angola parecia ser o país que foi e não aquele que é. Ao contrário do que pode parecer provável a quem esteve tantos anos afastado das urbes, Luanda e outras cidades são a prova de que o colonialismo português foi de facto específico, porque se miscigenou. E essa miscigenação não foi apenas no sentido literal do termo, mas sobretudo no seu significado cultural. Portugal, a Europa e, de um modo geral, o Ocidente parecem ser metas muito mais apetecíveis para os angolanos das cidades do que uma obscura africanidade proposta por Savimbi. Luanda é — e sempre terá sido — uma cidade cosmopolita de África. Um candidato que vem do mato a falar de africanidade — que às vezes aparece fardado, ostentando uma pistola de cabo de madrepérola no coldre — e que, mesmo à civil, vestindo «à Mobutu», não dispensa o seu bastião de «mais velho», é algo de estranho para os cidadãos. Talvez o seja até para muitos dos que vivem no campo. Mas, mais do que isso, é alguém que para a maioria dos crioulos não pronuncia nada de bom.

Os crioulos (quase todos negros de pele, mas de cultura mista) tornaram-se uma espécie de classe média angolana. De facto, eles podem ser considerados, pelo menos em potência, os líderes de opinião do país. Ao desprezá-los, não só nalgumas declarações mas, sobretudo, ao não tentar uma ponte com eles, a UNITA perdeu um trunfo. Até porque somente na capital, onde os crioulos são mais, se concentram 16 por cento dos eleitores do país.

Em Luanda, onde se centra

a pequena «intelligentia» de Angola, Savimbi não conseguiu qualquer diálogo com os intelectuais. Pelo contrário: o secretário da Cultura do partido chegou a cair no ridículo quando, durante uma conferência, defendeu Savimbi como poeta e leu alguns dos seus poemas. Um dos poucos homens de cultura angolanos que, de certo modo, apoiou a UNITA, foi o escritor Sousa Jamba. Mas recorde-se que este autor, que vive em Londres, foi um dos divulgadores da famosa queima das bruxas, na Jamba, pelo que as suas relações com o movimento não podem ser consideradas as melhores.

A dissidência da UNITA em plena pré-campanha eleitoral foi algo que não preocupou as altas esferas do movimento. Quando dois destacados

dirigentes como Nzau Puna e Tomás Costa Fernandes abandonaram o partido de Savimbi e o acusaram de ter morto alguns dos mais brilhantes dirigentes do partido, como os generais Tito Chingugi e Wilson dos Santos, nem se dignou responder. «Para Angola, isso não tem importância nenhuma», afirmaram. «Apenas os europeus ficam preocupados.»

Não se pode, porém, fazer uma afirmação destas de modo tão globalizante. Angolanos houve que perceberam que a diferença entre o MPLA e a UNITA podia até ser favorável aos governamentais. Um desses angolanos, com uma longa tradição na luta anticolonial, sintetizava, de um modo brilhante, a dicotomia: «Se tenho de escolher entre um ladrão e um assassino, escolho o ladrão.»

Com a sua flagrante falta de quadros políticos, com as provas apresentadas pelos seus dissidentes em como o pluralismo na UNITA não passava de um mito e com a forma arrogante como chegou a Luanda, mantendo 12 mil homens armados sob o pretexto de serem seguranças dos seus líderes, a UNITA assemelhou-se muito mais a uma máquina de guerra do que a um partido político. Isso assustou, acima de tudo, os habitantes do «asfalto», que não querem nada mais do que a paz. Mas não assustou apenas estes.

Em pequenos pormenores se verifica a militarização do movimento de Jonas Savimbi. Um dos seus mais destacados dirigentes, apontado como o futuro ministro da Saúde de um governo da UNITA, o médico (branco) Carlos Morgado, é referido como brigadei-

ro. Mesmo o porta-voz para a informação, o luandense Norberto de Castro, jornalista da rádio antes da independência, é igualmente brigadeiro. Isto, embora nem um nem outro se tenha distinguido na vida militar, mas sim nas suas actividades civis.

Os «Comités Pilotos» do movimento (sedes da UNITA) estão, muito deles, fortemente guardados por homens armados, soldados das FALA (Forças Armadas de Libertação de Angola, o braço armado do partido). Tudo na UNITA lembrava a guerra, num país muito sedento de paz. A este propósito, terá sido também desastroso o ataque de Savimbi aos «ninjas», a polícia antimotim treinada pelos espanhóis, que fez as suas primeiras aparições durante a visita do Papa, em Junho. O desejo de segurança, que aqueles polícias bem treinados e especializados transmitiam às populações, fez com que, em muitos comícios do MPLA, se dessem vivas aos «ninjas».

SAVIMBI também não foi feliz nas suas relações com a Igreja. O cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, esteve ele próprio preso pela UNITA e nunca lhe guardou qualquer simpatia. Num país que, desde os preparativos da visita do Papa, parece ter-se reencontrado com o catolicismo, José Eduardo dos Santos, recorde-se, casou pela Igreja recentemente, e a Televisão Popular de Angola (fortemente controlada pelo Governo) passou a incluir na sua programação (a partir de Abril) as missas dominicais. Mas a UNITA, devido à forte personalidade do seu chefe, que é protestante, confunde-se muito com ele. Nesse sentido, e apesar de excepções como a do bispo Viti, do Huambo, a Igreja Católica também não andou muito longe de se tornar um dos adversários de Jonas Savimbi.

Em Angola existe, obviamente, outro tipo de «opinion makers» — os sobas, ou chefes tribais. Mas estes talvez vissem no líder da UNITA apenas mais um soba ou uma espécie de pretendente a soba dos sobas. A verdade é que muitos deles, apesar de tudo, optaram pelo MPLA. E talvez não apenas pelo facto — não desprezível — de José Eduardo dos Santos lhes ter feito algumas ofertas, como rádios de pilhas e bicicletas.

UM OUTRO erro, não menos importante do que os anteriores, pode ser encontrado em aspectos relacionados com a vida económica de Angola. Aqui, o tácio de Savimbi pode assemelhar-se ao de um elefan-

te numa loja de porcelanas. Talvez o líder da UNITA tenha razão moral quando quer combater a candonga e os candongueiros ou quando aponta o Governo do MPLA como o reino da corrupção. Mas provavelmente esqueceu que, num país há 17 anos paralisado por uma guerra, a candonga é o meio de subsistência de milhares de pessoas. Mais do que isso: ela é a economia real de Angola. Na imprensa do regime, o «Jornal de Angola», todos os dias são publicados, na primeira página, os câmbios. Os oficiais e os paralelos, duas a três vezes superiores. A cada esquina do centro de Luanda, as «quinquilas» (palavra originária do bacongo que significa «quem está à espera») abanam maços de notas (kuanzas) à espera de fregueses que as troquem por dólares a preços favoráveis. Nesta situação, um dirigente político dizer que vai mudar a moeda pode revelar coragem e um desejo de moralidade, mas é infinitamente pouco tático.

Mas não se ficou por aqui a inabilidade do programa económico da UNITA. Muitos discursos não foram nada tranquilizadores para os empresários europeus, sobretudo portugueses. Acontece, no entanto, que os portugueses e outros ocidentais são já responsáveis por bastantes postos de trabalho, não por acaso os mais bem pagos. As críticas e ameaças a esses sectores da vida económica angolana podem ter-se transformado em motivo de preocupação para os milhares trabalhadores angolanos que deles dependem. E estes trabalhadores, pelo lugar privilegiado que muitas vezes ocupam, são outra fonte de influência.

ACAMPANHA eleitoral propriamente dita foi outro dos aspectos que quase todos os observadores — e mesmo alguns apoiantes da UNITA — reconhecem como um fracasso.

Como consequência do desprezo pela cultura urbana ocidentalizada, o movimento de Jonas Savimbi não deu muita importância à televisão. Apesar de ter anunciado que o seu partido teria a sua própria TV a partir de Junho, mais tarde revelou que essa ideia fora abandonada. A Televisão Popular de Angola ficou sem rival. E essa nunca se esqueceu de torcer a favor do MPLA.

José Eduardo dos Santos e os seus homens compreenderam bem o papel importantíssimo da campanha eleitoral numas primeiras eleições.

Técnicos brasileiros deslocaram-se para Angola há mais de um ano para o assessorarem. E fizeram do MPLA um espectáculo.

O símbolo internacionalista do partido foi substituído por um coração, que, ao mesmo

tempo, serve de «o» à palavra Angola. No discurso, o partido do Governo mais parecia um empenhadíssimo partido de oposição. É verdade que o pessoal político do MPLA não mudou substancialmente,

mas, em contrapartida, a sua imagem foi como se tivesse sofrido um golpe de magia.

A UNITA, além dos chavões conhecidos — democracia e liberdade, também usadas pelo MPLA — ou de frases populares — «calças novas em Setembro» —, pouco revelou sobre a forma como ia governar. Apesar de um programa político não parecer algo decisivo em África, a sua ausência total também não é recomendável.

Já a UNITA só muito tarde acordou para a necessidade da campanha. Quem comparou os tempos de antena de ambos afirma que eles não têm qualquer comparação. «O MPLA fez uma campanha como eu nunca vi sequer em Portugal», afirmava um dos muitos jornalistas portugueses destacados para a cobertura das eleições.

A poucos dias das eleições, uma sondagem apontava para uma vitória esmagadora do MPLA e de José Eduardo dos Santos. Para a UNITA, não foi um aviso, foi apenas uma provocação. Quando os primeiros números foram conhecidos e a sondagem foi, no essencial, confirmada, Savimbi e os seus homens continuaram agarrados à teoria da conspiração. Acusaram tudo e todos, incluindo os próprios americanos, de estarem a encobrir uma gigantesca fraude. A própria Comissão Ad Hoc do Conselho de Segurança da ONU, que se deslocou propositadamente a Luanda, não encontrou quaisquer sinais de batota eleitoral em larga escala. Inundada de «provas» pela UNITA, apenas concedeu, como já o tinham feito os observadores internacionais, que existiam diversas irregularidades, consideradas, aliás, comuns num país com a larga taxa de analfabetismo que tem Angola, e onde pela primeira vez se realizam eleições.

Mas o velho e duro guerrilheiro, que não reconheceu avisos nem sinais, também não reconheceu os resultados. Refugiou-se na linguagem que melhor sabe falar — não a da democracia, mas a das armas. Ao contrário do que esperava, o galo não voou.

* Com GUSTAVO COSTA

PEQUENO SEGUNDA-FEIRA, 19 OUTUBRO 1982

SAVIMBI IMPUGNA ELEIÇÕES — Jonas Savimbi vai apresentar ao Supremo Tribunal de Angola, nas próximas quarenta e oito horas, um pedido de impugnação das eleições realizadas a 28 e 29 de Setembro último, segundo uma notícia avançada no início da noite de ontem pela RTP. O facto pode vir a comprometer o encontro anunciado para a manhã de hoje entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Também esta manhã, chegam a Luanda o secretário de Estado português Durão Barroso e o seu homólogo norte-americano, Herman Cohen.

Os trunfos de Pretória

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE OUTUBRO DE 1997

Henrique Montelro*
enviado a LUANDA

A CHEGADA do ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, a Angola para tentar inverter a escalada de guerra que se vive no país desde a realização das eleições pode ser considerada a primeira derrota da diplomacia portuguesa neste longo processo.

O não reconhecimento por parte da UNITA dos resultados eleitorais surgiu acompanhado de diversas críticas aos observadores internacionais e, sobretudo, ao papel que Portugal desempenhou no processo, apesar de alguns dirigentes seus afirmarem que Lisboa continua a ter uma importância fundamental. Depois de uma reunião no Huambo entre os líderes da UNITA e da FNLA, terça-feira, este último declarou à VORGAN (rádio controlada pelo movimento da Jamba) que Savimbi preconizava o recomeço de todo o processo eleitoral, desta vez sem a presença destes observadores internacionais, «sobretudo os portugueses».

Após o movimento de Savimbi ter endereçado, igualmente, duras críticas ao subsecretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, acusando-o de estar, juntamente com os portugueses, a favorecer o lado governamental — Pik Botha surgiu em Angola como a última esperança possível de paz. Botha não hesitou em se deslocar ao Huambo, para ir ao encontro de Jonas Savimbi, e em propor, como primeira medida, que este e José Eduardo dos Santos se encontrassem. O plano inicial de Botha seria, no entanto, prejudicado pela natureza de desconfiança que certos sectores governamentais e do MPLA têm em relação aos sul-africanos.

Estes mesmos sectores prefeririam que o papel fundamental continuasse a ser dos portugueses, que, como afirmam, «estiveram, ao contrário de Pretória», afastados da guerra civil angolana. Assim, três locais previstos para o encontro entre os líderes das duas facções angolanas, Windhoek, Pretória e Namibe (ex-Moçâmedes), ficaram definitivamente afastados depois da «entourage» da presidência ter aconselhado fortemente José Eduardo dos Santos a não abandonar o seu palácio do Futungo de Belas, nos arredores de Luanda. Isto apesar de o Governo angolano e a UNITA terem já um acordo de princípio quanto à necessidade de um encontro entre o Presidente e Savimbi.

No entanto, entre as propostas do líder da UNITA e aquilo que o Governo pode aceitar existe um enorme fosso. Segundo o EXPRESSO apurou, Savimbi disse ao general António França Ndalu (chefe das FAA e enviado do Presidente) que «as eleições são uma formalidade burocrática, devendo ser encontrada uma solução política».

Para o chefe da UNITA, os princípios base desta discussão parecem ser a «anulação das eleições» e a sua realização de novo, dentro de seis meses. Mais tarde, Savimbi alargaria este prazo de seis meses para três anos (de acordo com as informações governamentais não reconfirmadas junto da UNITA). Durante este prazo, Angola seria governada por um Executivo composto por elementos de ambos os partidos, independentes e representantes de outras forças minoritárias.

Desanimados pelas propostas que lhes chegam do Huambo, desconfiados pelo protagonismo sul-africano e motivados pela disposição dos americanos (Cohen disse a

Eduardo dos Santos que viria a Angola se este considerasse que a sua presença seria positiva), os sectores do Futungo mudaram de tática, e endureceram, pelo menos, a linguagem.

A primeira resposta dura à exigência da UNITA fez-se ouvir, entretanto, na quinta-feira, num comentário lido aos microfones da Rádio Nacional de Angola, no noticiário das 13 horas.

Nesse comentário da rádio oficial, totalmente controlada pelo Governo, afirmava-se que a UNITA «não pode manter o estatuto de partido político» e acusava-se o movimento de Savimbi de estar a criar um clima de guerra e a rasgar os acordos de Bicesse.

Curiosamente, a parte governamental declarava-se fiel a esses acordos, embora avisasse que, no caso da UNITA assim continuar, também não ficaria amarrada aquilo que assinou em Portugal.

Tensão controlada

Também sectores das FAA (Forças Armadas Angolanas, de onde se retiraram os militares da UNITA) têm pressionado no sentido de o Governo e a presidência angolanos não continuarem numa estratégia de recuo face às imposições de Savimbi.

Para quase todos os observadores (na realidade para todos menos para os que são próximos da UNITA), o atraso na divulgação

dos resultados eleitorais deve-se apenas às ameaças daquele movimento. Para esses sectores é completamente «injustificável e incompreensível» que a parte derrotada condicione o futuro político do país da forma que tem feito.

Apesar do clima de enorme tensão que se continua a viver em Angola, a contenção chega a ser espantosa.

Espectáculo dantesco

Na verdade, tanto na sequência da troca de tiros no Hotel Turismo, no último domingo (o incidente mais grave na baixa de Luanda, desde 1975), como do incrível espectáculo dantesco que foi a explosão de um paiol a quatro quilómetros do Futungo (arredores do sul de Luanda), ninguém esperaria que ainda restasse o bom senso necessário de ambos os lados para que a guerra não começasse de imediato.

No entanto, as movimentações militares são cada vez mais evidentes. Enquanto no Huambo (de maioria da UNITA) o exército coloca blindados em posições estratégicas, em Luanda ambas as partes tentam posicionar-se o melhor possível.

Em diversos prédios da capital situados em locais privilegiados foi visto entrar diverso material de guerra colocado nomeadamente pelas FAA.

*com Gustavo Costa,
correspondente
em LUANDA

Guerra em Angola não está afastada

Henrique Monteiro
enviado a ANGOLA

EDUARDO dos Santos e Jonas Savimbi vão discutir, na próxima segunda-feira, as condições necessárias à realização de uma segunda volta das presidenciais angolanas. Depois de o líder da UNITA, com um notável golpe de rins, ter aceitado os resultados das eleições, a tensão em Angola voltou a descer. No entanto, para um responsável português na CCPM, «o risco de guerra não está afastado».

Com o mesmo vigor com que uma semana atrás exigiu que os resultados eleitorais não fossem publicados, Savimbi pediu, na quinta-feira à noite, a sua divulgação. O líder da UNITA, com mais um movimento inesperado, voltava assim a tomar a iniciativa do processo. E fez-lo de forma tão súbita que, em Luanda, responsáveis da UNITA — que sempre disseram que aceitar a segunda volta seria aceitar todo o processo — não acreditavam que Savimbi o tivesse dito.

Foi depois de um telefonema do secretário-geral da ONU, Butrus Butros-Gali, considerado por diplomatas «um puxão de orelhas», que o líder da UNITA surgiu com a sua nova posição. Na madrugada de ontem contactou Durão Barroso — a quem apresentou uma série de queixas relativamente ao processo eleitoral — e mais tarde telefonou para o Pentágono. O facto de se sentir isolado na cena internacional terá levado Savimbi a mudar de estratégia, que, até então, consistia na prova de anulação das eleições, e de considerar fraudulentas (e ainda considera, apesar de agora as aceitar).

Entretanto, o Conselho Nacional Eleitoral, que já concluiu a contagem dos votos, anunciou a divulgação oficial dos resultados para a manhã de hoje. O CNE concluiu igualmente um relatório onde afirma que nem sequer detectou «índices de fraude». Os resultados finais da eleição presidencial dão 49,57 por cento a José Eduardo dos Santos e 40,07 a Savimbi. Em terceiro, curiosamente, ficou Alberto Neto, com 2,16 por cento, e em quarto Holden Roberto, com 2,11. Neto — que figurava no boletim de voto das presidenciais logo abaixo de Eduardo dos Santos — é o líder do PDA, que apenas obteve 0,2 por cento dos votos.

O encontro entre os dois principais protagonistas da cena política angolana tornou-se possível depois de uma semana repleta de tensão, chantagens e negociações.

Nos últimos dias, muito poucas pessoas devem ter pensado que a guerra poderia ser evitada. O cancelamento de um encontro secreto entre Savimbi e Eduardo dos Santos, que chegou a estar previsto para quinta-feira, no aeroporto de Luanda (perto do local onde rebentara nessa madrugada o paiol da Força Aérea) deixou as diplomacias desanimadas. Portugal, os EUA, a França e outros países puseram, inclusivamente, em marcha os primeiros pontos dos seus respectivos planos de evacuação. A cidade, de noite, estava deserta e, de dia, pouca gente trabalhava.

Cada movimento começou a ocupar lugares estratégicos. A UNITA ocupou militarmente algumas localidades e as Forças Armadas (fiéis ao Governo) dispuseram-se no terreno.

O lado governamental passou a responder na mesma moeda aos comunicados de guerra da UNITA. Ainda na quinta-feira a Rádio Nacional afirmava que a UNITA não podia ter «o estatuto de partido político». Várias ameaças foram feitas sem que os jornalistas e observadores pudessem distinguir o que era e não era «bluff».

Na frente diplomática, portugueses e americanos da CCPM tentavam salvar o acordo de Bicesse. O ministro sul-africano «Pik» Botha, que chegara segunda-feira a Luanda — e parecia ser a última esperança de paz para Angola —, tinha um plano concluído que previa o reatar do diálogo entre as duas partes à margem do que fora acordado em Portugal. Esse plano, que assentava no pressuposto de que a questão angolana era «sobretudo uma questão africana», chegou a ter o acordo de sectores importantes da UNITA e até do MPLA (ver caderno Internacional). No entanto, a súbita mudança de tática de Savimbi (cujo partido passara a semana a criticar os portugueses, chegando o próprio embaixador português na CCPM a ser ameaçado), acabou com esse plano. Botha nem percebeu exactamente o que se passou quando Salupeto Pena (da UNITA) e França Ndalu combinaram directamente o encontro entre os dois líderes.

Na reunião de segunda-feira (caso se realize), Savimbi e Eduardo dos Santos vão discutir as condições necessárias à realização da segunda volta. Embora a Lei preveja o prazo de um mês, toda a gente sabe que o processo demorará mais tempo. Basicamente, o Governo pretende a desmilitarização da UNITA, a extensão da administração central às áreas controladas por aquele movimento e a livre circulação de pessoas e bens. Quanto a Savimbi, que, depois de uma reunião,

quinta-feira, com diversos partidos (FNLA, AD, PDP-ANA, CNDA, PSDA e PDA), fala pelo conjunto da Oposição, reivindica uma menor intervenção do Governo no processo eleitoral e a sua fiscalização mais alargada, o controlo da polícia e a participação de apolíticos seus na Rádio e TV, ambas comple-

tamente controladas pelo Governo.

O único ponto que, por agora, parece pacífico é a participação na segunda volta das eleições de seis mil observadores da ONU, em vez dos cerca de 400 que participaram na primeira, de modo a haver um em cada mesa de voto.

COMENTARIO



Benjamin Formigo

EXPRESSO, SÁBADO 17 DE OUTUBRO DE 1992

«Setubro»

O HUAMBO, antiga cidade de Nova Lisboa, construída um dia com o propósito de poder vir a tornar-se a capital da então colónia de Angola, foi nas últimas semanas uma «capital paralela». Jonas Savimbi trocou Luanda pelo planalto e ali se fez deslocado quanto se quiseram visitar com o dirigente da UNITA.

Do Planalto Central, com a sua sistemática recusa na aceitação dos resultados eleitorais «fraudulentos», Jonas Savimbi conduziu o país à maior crise desde o final da guerra e ninguém exclui o regresso às armas. Savimbi perdeu as eleições mas tem ditado as regras do jogo. Em Luanda, o Governo de um partido que obteve mais de 50 por cento dos votos procura apaziguar os ânimos do líder de oposição, fazendo credências impenitentes quando visita do continente europeu.

A ATTITUDE conciliatória do Executivo tem apenas um objectivo, dar tempo a que o resultado das eleições seja reconhecido pelas Nações Unidas, evitar a guerra e capitalizar com os erros do adversário. A estratégia não é nova. «Se para ganharmos as eleições tivemos de levar toda a cidade de estaladas, então levamos a toda a cidade de estaladas. Mas para ganharmos as eleições temos de as fazer», comentava ao EXPRESSO das antes do início da campanha eleitoral o actual CEM-GPA, general António Franco «Ndalu». A medida que os resultados eleitorais foram sendo conhecidos, a UNITA apresentou uma lista de reclamações que os observadores à CCPM efontes da UNAVEM II não hesitam em classificar como «numas irregularidades sem importância decisiva nos resultados».

Centenas de observadores internacionais consideraram «divers e injustos» as eleições de 29 e 30 de Setembro, embora a última palavra seja da UNAVEM II e da representante do secretário-geral da ONU, Margaret Assize.

Contrariando as opiniões dos observadores, o movimento liderado por Jonas Savimbi lançou-se na denúncia de uma alegada fraude generalizada. Um sucesso de declarações impregnou a confiança em Angola. Na «Vozes» — a rádio oficial da UNITA —, Jonas Savimbi fez um discurso considerado por todos como um apelo às armas e que Jorge Valente procuraria mais tarde desdramatizar. Dois dias depois, os generais das novas Forças Armadas de Angola, oriundos da UNITA, esquecendo um juramento de bandeira, anunciaram que abandonam as FAA e regressam às tropas de origem.

A O LONGO destas duas últimas semanas, Angola tem vivido em permanente sobresalto. São noites passadas à espera do que possa suceder. Luanda é uma cidade com um espírito muito próprio. Sente-se ao ar que se respira. A cidade desertifica-se de um momento para o outro, mesmo sem o «silêncio dos canjambos». Três a meio da noite são desconhecimentos contínuos a que ninguém liga importância, mas um pesado silêncio de uma noite sem disparos é um sinal de alerta. Os luandenses vivem no terror de 1975, hoje chamada síndrome de «Setubro». Todavia, desta vez tem sido a própria comunidade internacional que nos últimos tempos tem estado a angustiar angolanos.

J ONAS Savimbi e o seu partido não estavam preparados para perder as eleições e não é fácil para quem viveu 16 anos na luta aceitar a rejeição do eleitorado, justificar pelo aparecimento súbito de um adversário uma guerra que custou mais de 350 mil vidas. Simplemente, a UNITA foi a única responsável pela sua própria derrota. Desde o início da «paz armada», o partido de Jonas Savimbi sentiu dificuldades de adaptação à nova situação.

Foi o próprio líder da UNITA quem reconheceu numa entrevista ao EXPRESSO. E o MPLA não perdeu tempo em procurar tirar proveito dessa dificuldade.

Não se espera em política que se facilite a vida ao adversário e o «M» soube sempre gerir as suas relações com a UNITA «à beira do abismo». A uma provocação política a UNITA tendia a responder com a força. «Machetões políticos», como alguém, em conversa, lhe chamou uma noite. E a sua imagem pública foi ficando marcada. A campanha eleitoral foi desastrosa porque assustou as pessoas do que se captou. Hoje em dia, em Angola, muitos europeus e americanos como entre os próprios angolanos, correm a opinião de que a UNITA foi a única responsável pela sua derrota e parece ter dificuldades em se adaptar.

O S CALENDÁRIOS dos Acordos de Estoril não foram cumpridos e nem vale a pena discutir quem faltou primeiro. O facto é que a 72 horas das eleições Governo e UNITA reuniram com os observadores portugueses, americanos e russos, com a presença da UNAVEM para integrarem à última hora e sem critério os extractos dos dois lados. Uma manobra jurídica-diplomática permitiu que formalmente os acordos tivessem sido cumpridos: a data das eleições haverá apenas um extracto.

A complacência dos observadores foi muita. Como foi excessiva a complacência da UNAVEM. Mais de uma vez foi evitado que tecnicamente se verificasse a violação do cessar-fogo com o argumento de que denúncias das partes assunem a responsabilidade. A UNAVEM dispunha de técnicos infatigáveis para a tarefa que tinha de cumprir e acabou por fechar os olhos a várias situações.

No final desta semana, quando já quase ninguém acreditava que fosse possível recolocar o comboio da paz nos carris veio do Huambo a notícia de que Jonas Savimbi aceitava os resultados que lhe haviam sido comunicados pelo secretário-geral da ONU, Butrus Gali, e estava disposto a avançar para a segunda volta das presidenciais contra José Eduardo dos Santos. A confirmação de se notícias, a UNITA implicitamente reconheceu como legítimos os resultados das eleições.

U MA SEGUNDA volta não significa o fim da crise. É necessário garantir mecanismos que evitem uma crise semelhante à que hoje se vive. Os observadores vão voltar a mediadores e terá que ser encontrada uma sólida plataforma de entendimento, um trabalho que uma frente envolvida no «modo de Bicesse» considerava tão difícil quanto negociar a versão final dos Acordos de Paz, tanto mais que durante esta crise Governo e MPLA terão chegado ao limite das concessões a fazer por quem tem maioria absoluta no Parlamento.

Ter maioria absoluta não significa em Angola ter ganho as eleições. O partido de Savimbi pode ter perdido mas o MPLA apenas capitalizou no voto de muitos angolanos que se reuniram com a UNITA. Para Savimbi estas duas semanas não foram benéficas. Os seus aliados americanos distanciaram-se. «Pik» Botha foi a Angola para pagar a dívida do apoio de José Eduardo dos Santos às reformas de FW De Klerk e, consequentemente, mostrou o seu alinhamento face à UNITA.

Em Junho do ano passado, a UNITA para ganhar as eleições pouco mais necessitava do que ficar sentado e capitalizar nos erros passados do MPLA e na corrupção gerada em torno do poder.

A crise está longe do fim e os 16 meses de «paz armada» vivida por Angola podem muito bem não passar de uma pausa em 16 meses de guerra civil, embora seja de ter em conta a capacidade angolana para encontrar soluções, quando tudo parece estar a falhar.

"Vamos a penaltis"

PÚBLICO 10 OUTUBRO 1992

António Matos
em Luanda

Em Luanda e no Huambo, os tiros sucederam à divulgação oficial dos resultados das eleições, vitimando na capital três jovens que festejavam a vitória do MPLA e três outras pessoas na cidade do planalto. A ONU declarou que as eleições foram "livres e justas", mas o discurso da UNITA mantém-se crispado. Sinais das muitas dificuldades que o processo de paz angolano terá ainda de enfrentar.

As bandeiras do MPLA e do seu líder José Eduardo dos Santos voltaram ontem às ruas de Luanda, depois de um recolhimento de 17 dias. Tinha sido, finalmente, divulgado o resultado oficial das eleições. E se a vitória do "éne" foi clara, a de José Eduardo dos Santos precisará de confirmação numa segunda volta.

Confiantes e bem humorados, os jovens luandenses apinhados numa carrinha que se deslocava para a ilha gritavam em coro: "Vamos a penaltis."

A festa seria, porém, entrecortada por várias trocas de tiros, um pouco por toda a cidade. Cerca das 13 horas, junto à sede provincial da polícia, um jovem que seguia

numa moto, integrado numa caravana, tombou inerte atingido por uma bala. Os ânimos estavam alterados, polícia e soldados da UNITA disparavam indiscriminadamente. Até ao princípio da noite, registaram-se pelo menos outras duas mortes. A polícia recomendava, entretanto, que as pessoas permanecessem nas suas casas a partir das 19 horas.

Pouco depois do meio-dia, um intenso tiroteio eclodira na cidade do Huambo (antiga Nova Lisboa). Na versão divulgada pela agência oficial Angop, militares da UNITA, "aparentemente insatisfeitos com o anúncio dos resultados eleitorais", terão começado a disparar, incendiando depois uma viatura da polícia. Ouviam-se ao mesmo tempo rebentamentos de explosivos. Os incidentes terão atingido sobretudo dois bairros, S. João e Académico, onde os moradores se fecharam em casa, deixando as ruas desertas.

Uma fonte militar de Luanda afirmou ao PÚBLICO que o fogo era da autoria de soldados da UNITA e que, pouco depois das 16h00, a situação estaria já controlada, na sequência de conversações entre o general "Ben Ben", da UNITA, e o coronel Walter, comandante da Região Militar do Centro das Forças Armadas Angolanas (FAA). Ao princípio da noite, um médico do Huambo confirmou ao PÚBLICO, por telefone, que a situação se normalizara, "com a chuva", mas só às 18h00. E apontou a existência de pelo menos três mortos, um dos quais polícia.

"Livres e justas"

De acordo com observadores na capital angolana, estas acções surgiram como reacção de elementos do partido de Jonas Savimbi à divulgação dos resultados oficiais das eleições.

Para o efeito, realizou-se ao fim da manhã, no Palácio dos Congressos, uma curta sessão formal, onde Caetano de Sousa, presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) leu os resultados finais (ver quadro). O escrutínio final confir-

ma a vitória do MPLA por maioria absoluta e a necessidade de se disputar uma segunda volta nas presidenciais, entre José Eduardo dos Santos, actual Presidente da República, e Jonas Savimbi, líder da UNITA.

O facto de maior significado político ocorreu, no entanto, algumas horas mais tarde quando a representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, declarou que as eleições tinham sido "livres e justas", negando a existência "de fraude sistemática ou generalizada", denunciada pela UNITA. "As eleições realizadas em 29 e 30 de Setembro podem ser consideradas como tendo sido, globalmente, livres e justas" — proclamou Anstee. Por outro lado, "não há evidência de fraude maior, sistemática ou generalizada", ou de que as irregularidades tenham "uma dimensão com efeito significativo nos resultados oficialmente anunciados", concluiu.

Segunda volta em 1993?

Savimbi declarou-se disponível para a segunda volta presidencial — o que considerou, em declarações à Vozgã, rádio do seu partido, "uma boa notícia". Dispusera-se a viajar do Huambo até Luanda para combinar com José Eduardo dos Santos as condições em que essa nova votação se realizará — mas tudo foi adiado de sexta-feira para amanhã.

Ontem, porém, logo a seguir à divulgação dos resultados finais, numa reunião da CCPM (organismo responsável pela aplicação dos acordos de paz), o representante da UNITA, Salupeto Pena, afirmava desconhecer ainda a posição oficial do seu partido a esse propósito: "Aceitar a segunda volta?" É bem possível. Ainda não tive a posição oficial do meu partido". Confrontado com as afirmações do líder do seu partido, diria depois: "Vá re perguntar ao dr. Savimbi".

O representante do Governo na CCPM, por seu lado, falava da realização da segunda volta como

exigindo um compromisso político entre as duas principais forças angolanas. "Neste momento não está criadas as condições para a segunda volta. Ela só se fará se a UNITA se desmilitarizar, abrir as áreas que controla e os seus militares regressarem às FAA". Para este dirigente do MPLA, os acordos de Bicesse, "apesar de violados pela UNITA", devem continuar "a ser cumpridos".

A solução destes problemas aponta, portanto, para um longo período de espera pela segunda volta das eleições, seguramente muito superior aos 30 dias previstos na Lei Eleitoral. Para alguns observadores em Luanda, a hipótese de a segunda volta se realizar já em 1993 não está, aliás, excluída.

No período que mediar até ao novo escrutínio para as presidenciais, os efectivos das Nações Unidas em Angola serão reforçados, passando dos cerca de 400 para seis mil elementos. Não só por razões de segurança, como também para um maior controlo do próprio acto eleitoral.

Com o clima de crise das últimas semanas, o adiamento indefinido das entradas em vigor das novas instituições suscita apreensões em Luanda.

Se, por um lado, se pretende ganhar o tempo necessário para que a UNITA "se desmilitarize" (reintegrando as novas Forças Armadas Angolanas e retirando os seus homens armados das cidades), por outro, o Presidente e chefe do Governo vai permanecer numa pouco "saudável" situação de interinidade, sempre sujeito a uma renovada contestação da UNITA. Para o MPLA é evidente que o Presidente e o Governo se manterão em plenitude de poderes e funções, como previsto nos acordos de Bicesse. Mas a UNITA não parece abandonar a reivindicação de um Governo de transição, em que deseja participar. ■

RESULTADOS FINAIS DAS ELEIÇÕES

PRESIDENCIAIS			LEGISLATIVAS			
Candidatos	N.º de votos	Porcentagem	Partidos	Votos	Porcentagem	Deputados
Luis dos Passos	58.121	1,47	PRD	35.293	0,89	1
Moisés Roberto	83.135	2,11	PAJUCA	13.924	0,35	1
André Pereira	11.475	0,29	PAI	9.007	0,23	—
Daniel Chipenda	20.646	0,52	RDLA	8.025	0,20	—
Rui V. Pereira	9.206	0,23	PSDA	10.217	0,26	—
Sirnio Cacote	26.365	0,67	FNEA	94.742	2,40	5
Alberto Neto	85.249	2,16	POP-ANA	10.608	0,27	1
J. Eduardo dos Santos	1.953.335	49,57	FRA	6.719	0,17	—
Honorato Lando	75.789	1,92	CNEA	10.237	0,26	—
Bengui Pedro João	38.243	0,97	PNDA	10.281	0,26	1
Jonas Savimbi	1.579.298	40,07	PDA	8.014	0,20	1
Votos nulos	122.911	2,79	FDA	12.038	0,30	—
Votos brancos	337.54	47,67	AD-COLIGAÇÃO	34.166	0,86	1
			MPLA	2.124.126	53,74	129
			FRS	89.875	2,27	6
			UNITA	1.247.636	34,10	70
			PSD	33.033	0,84	1
			PLD	94.269	2,39	3
			Votos nulos	80.020	1,81	—
			Votos brancos	378.290	8,58	—

Os angolanos serão os últimos a saber

PUBLICO

SABADO 17 OUTUBRO 1992

António Matos,
em Luanda

O que é verdade hoje, amanhã já não é. O que é um manifesto exagerado em Angola, porque, aqui, o que é verdade hoje já o não é seguramente... daqui a um par de horas. Savimbi deslocar-se-ia às 15 horas ao Futungo de Belas para o mais aguardado passo do turbulento período pós-eleitoral — o encontro com o Presidente da República. Era verdade, oficialmente confirmada, passava das 12 horas; deixou de o ser pouco depois.

Este é o ritmo dos avanços e recuos das complexas negociações dos últimos dias, cujo conteúdo e desenvolvimento chega a ser conhecido um mais rigor fora de Angola do que pelos angolanos. Foi assim, por exemplo, com a proclamação do líder da UNITA de que aceita disputar a segunda volta das eleições. Este facto é conhecido desde quinta-feira à noite um pouco por todo o mundo onde a questão angolana é seguida; continuava ontem à noite sem ter sido noticiado na imprensa oficial deste país.

O presidente da UNITA acabou por ficar no Huambo e só viajará para Luanda — diz-se agora — na próxima segunda-feira. Uma atitude de que não foi dada qualquer explicação, mas que se admite tenha a ver com o facto de Savimbi ter dito, quinta-feira à noite, que só viajaria para Luanda depois do anúncio do resultado final e oficial das eleições. Soubese ontem, também, o momento escolhido desse anúncio — às dez horas de hoje, embora o apuramento final tenha ficado concluído no passado dia 14. Também dos resultados, os angolanos serão os últimos a saber.

Savimbi — que ameaçava com a guerra se os resultados fossem divulgados e foi o primeiro a anunciá-los — disse à imprensa estrangeira que haveria segunda volta presidencial. Em Angola, porém, a rádio omitia durante todo o dia de ontem esse dado, limitando-se a falar no noticiário das 13 horas, em nota de abertura, numa "hipotética segunda volta" que dizia "depende da responsabilidade e visão política da UNITA".

Nem a "Vorgan" avançava muito pelo terreno dos resultados. A emissora da UNITA mostrava-se, aliás, igualmente confundida com o cancelamento da viagem de Savimbi a Luanda: "O dr. Savimbi está em Luanda desde o meio-dia", noticiava-se às 15 horas. Sem grandes explicações a propósito, a "Vorgan" mostrava-se exultante com a aceitação dos resultados por parte do líder da UNITA: "A atitude do nosso querido presidente é a única que pode salvar o país", dizia-se aos microfones de uma rádio onde horas antes se liam autênticos comunicados de guerra.

Esta alucinante mudança de cenários que caracteriza a vida política angolana atingiu, entretanto, os observadores e mediadores do processo de paz. Há alguns dias, "Pik" Botha era o mago que tinha conseguido aproximar Savimbi e José Eduardo dos Santos. De facto, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano — que hoje completa o seu sexto dia consecutivo em Angola — desdobrara-se em contactos entre Huambo e Luanda. Ontem, porém, os seus esforços eram olhados com desdém em meios diplomáticos de Luanda, onde se sentia uma onde de crúmes pelo protagonismo que o chefe da diplomacia sul-africana, de facto, assumira. A própria emissora oficial falava ontem da

"importância do triângulo Casas Brancas — Huambo — Navio-Hotel (atrancado na baía de Luanda, onde Botha está alojado) na solução da crise angolana.

De fora, nesta análise, ficaram o Futungo de Belas e Portugal. Talvez pela descrição usada quer por José Eduardo dos Santos, quer pela diplomacia portuguesa, apesar do incansável António Monteiro — chefe da missão portuguesa na CCPM. Para o embaixador português, no entanto, os últimos dias foram fundamentais para a questão angolana voltar a ser discutida no quadro dos acordos de paz.

Aliás, segundo alguns observadores, a intervenção de "Pik" Botha foi mal recebida sobretudo pelas Nações Unidas, uma vez que o governante sul-africano preconiza para a crise aberta depois do acto eleitoral soluções estranhas ao espírito e à letra dos acordos de paz. Como, por exemplo, a realização fora do território angolano de uma cimeira Savimbi-Dos Santos.

Ao que o PÚBLICO apurou, a tese do encontro fora de Angola nunca agradou nem a Jonas Savimbi nem ao actual Presidente da República. José Eduardo dos Santos, por seu lado, encarou sempre com reservas a realização dessa cimeira fora de Luanda. A primeira hipótese aceite por ambos os líderes foi a realização do encontro no aeroporto de Luanda, na quinta-feira de manhã. O incêndio do paiol na quarta-feira à noite, a dois quilómetros dali, obrigou ao seu primeiro adiamento. ■

Encontro Dos Santos-Savimbi para evitar a guerra

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA 19 OUTUBRO 1992

Luanda com recolher voluntário

António Matos,
em Luanda

Dos Santos e Jonas Savimbi deverão encontrar-se hoje, em Luanda, para negociar a segunda volta presidencial. É o regresso à aplicação dos acordos de Bicesse que está em causa. Mas as propostas do MPLA e da UNITA vão um pouco mais longe, numa negociação que poderá arrastar-se e prolongar a tensão em Luanda, onde Barroso e Cohen são hoje aguardados.

O dia do anúncio dos resultados acabou por chegar ao fim sem mais confrontos do que aqueles que durante a tarde, em Luanda e no Huambo, provocaram a morte de seis pessoas. Depois do sol posto, a capital angolana paralisa-

ou quase por completo, e as poucas pessoas que circulavam não escondiam um grande nervosismo. Mas ontem o dia foi mais calmo, anunciando as tréguas que podem resultar do encontro, hoje, entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

No palácio presidencial, no Futungo de Belas, o líder da UNITA e o Presidente da República vão tentar um acordo que afasta de Angola a tensão político-militar que nas duas últimas semanas colocou o país à beira de uma nova guerra. Mesmo durante os 16 anos da guerra civil, nunca em Luanda se viveram tempos tão difíceis, de acordo com o testemunho de um conhecido escritor angolano: "As eleições pareciam uma guerra, de tal maneira o povo de Luanda sentiu mais tensão em tempo de tal paz do que nos duros tempos da guerra. De tal forma que houve recolher voluntário... nem foi preciso o obrigatório", escreveu Manuel Rui Monteiro no "Jornal de Angola".

Os indícios da insegurança em Luanda são vários: as tripulações da TAP deixaram de pernoitar na cidade; uma equipa de técnicos do Banco Mundial, que estudava a reconversão do Ban-

co Nacional de Angola na perspectiva da separação das suas funções comercial e financeira, abandonou o país; a FIFA, organismo máximo do futebol mundial, cancelou o jogo Angola-Zimbabwe de apuramento para o Mundial EUA-94, que deveria realizar-se na quarta-feira.

Agenda complexa

As exigências que ambas as partes irão formalizar no encontro de hoje são complexas e ameaçam arrastar o processo de paz em Angola até aos primeiros meses do próximo ano. Do lado do Governo e do MPLA, as questões que se colocam são essencialmente as que constavam dos acordos de Bicesse e não foram cumpridas: extensão efectiva da administração estatal a todo o território; desmilitarização da UNITA e regresso dos generais que abandonaram as Forças Armadas Angolanas (FAA). De UNITA, as condições são as seguintes: extinção da polícia antimotins; alterações profundas nos órgãos de comunicação social controlados pelo Estado. Parte-se, assim, para a prepa-

ração de um segunda volta presidencial, quase como se de um novo acto eleitoral se tratasse.

Para alguns observadores na capital angolana, a farsa está colocada a um nível muito alto, o que certamente obrigará a prolongadas negociações. E enquanto decorrerem estas, é de esperar que se mantenha o clima de tensão no país, na medida em que nada indica que a UNITA tenha vantagem em recuar das posições de força enquanto assumidas e o Governo subiu já o tom do seu discurso, sobretudo pela intervenção da ala militar — a mais sacrificada, pelo número de baixas, nos confrontos das últimas semanas.

A comunidade internacional mantém-se, entretanto, empenhada nos esforços de paz para Angola. Durão Barroso, secretário de Estado português, e Herman Cohen, subsecretário de Estado norte-americano, são esperados hoje em Luanda, segundo o "Jornal de Angola" (Em Lisboa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros confirmou ontem à tarde a deslocação de Durão Barroso anunciando que este manterá conversações com responsáveis do MPLA e UNITA). ■

Surgem os primeiros sinais de paz

COM os moçambicanos ainda incrédulos na paz, entra hoje oficialmente em vigor em Moçambique o cessar-fogo entre as tropas governamentais e os rebeldes da Renamo depois de ter sido ratificado esta semana pela Assembleia da República o Acordo Geral de Paz.

Aldo Ajello, um diplomata italiano que até aqui desempenhava um alto cargo no PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em Nova Iorque, e mais 25 observadores militares são esperados hoje em Maputo, para darem a aprovação internacional ao processo.

A convite do Presidente Joaquim Chissano já se encontra igualmente na capital moçambicana Dieudonne Kombo Yava, funcionário do Departamento político da Organização de Unidade Africana (OUA) ao qual se virá juntar ainda hoje o coronel G. H. Nketani, chefe do Gabinete de Ligação da OUA em Lusaka.

Depois de aprovada a resolução 782 pelo Conselho de Segurança da ONU, na qual se dá luz verde às Nações Unidas para a verificação e controlo do acordo geral de paz em Moçambique, espera-se agora o relatório do secretário-geral Butros-Ghali para pôr em prática a operação. UNOMO será a denominação da missão da ONU até à realização de eleições gerais em Moçambique, dentro de um ano e meio aproximadamente.

Segundo fontes ocidentais na ONU, poderão ser enviados para território moçambicano cerca de 3.500 capacetes azuis, aos quais irá caber um papel mais importante do que apenas a fiscalização e controlo da implementação do acordo.

Em Moçambique não existem apenas os dois exércitos que há mais de uma década se confrontam, pois dada a situação caótica que se instalou em todo o país por causa da guerra, foram nascendo e crescendo diferentes grupos armados responsáveis por acções de saque e morte.

A este cenário pode adicionar-se o descontrolo que nos dois lados existe quanto aos seus efectivos, o qual será agravado quando as tropas dos dois exércitos começarem a deslocar-se para as zonas de acantonamento (a data do início é 14 de Novembro deste ano), criando assim um vazio militar difícil de gerir.

A implementação efectiva da paz passa pelo controlo de todas estas operações, incluindo a desactivação dos referidos grupos armados quase "independentes", tarefa que deverá caber aos capacetes azuis. As Nações Unidas cabe também a responsabilidade do armazenamento de todas as armas colec-

tivas e individuais até 15 de Novembro próximo.

A responsabilidade da ONU é enorme, mas cabe aos moçambicanos o fardo mais difícil que é o caminho da reconciliação nacional. Enterrar ódios e mortos é para já a bandeira primeira que é preciso agitar neste imenso território onde a dor e o sofrimento têm sido as suas principais insígnias. Sexta-feira, o Presidente Joaquim Chissano fará o grande anúncio da paz.

Embora o quotidiano da guerra se tenha imposto pela força do tempo e da sua própria acção, sinais de novos tempos começam timidamente a desenharem-se. Em Xai-Xai, capital da província de Gaza, no sul do país, milhares de pessoas que todas as noites saíam das suas casas com pequenas trouxas à cabeça, para dormir na precária segurança da varanda de uma loja, ou debaixo das árvores no centro da cidade, aceitaram o desafio da paz começando um ritmo normal nas suas casas nos diversos bairros periféricos constantemente alvos de ataques da Renamo.

Na Zambézia, no coração de Moçambique, elementos da Renamo foram vistos esta semana a mandarem parar viaturas transportando comida, para pedirem um pouco de milho e feijão sem, contudo, se ter registado qualquer acto de violência.

Na mesma província, um grupo de guerrilheiros da Renamo estacionados na localidade de Ratata, enviaram uma carta aos padres católicos da Missão do Bom Pastor, no distrito de Pebano, pedindo-lhes uma acção positiva na reconciliação nacional. Na referida carta a Renamo solicita uma reunião com os padres e comida, vestuário, medicamentos e instrumentos de produção para abastecer a população sob o seu controlo.

Neste ambiente, a Assembleia da República na sessão extraordinária desta semana aprovou a lei da amnistia para crimes contra a segurança do Estado, a qual para além de abranger todos os elementos da Renamo abarca cerca de 500 detidos ao abrigo da lei dos crimes militares e contra a segurança do Estado.

A referida lei cobre crimes de terrorismo, espionagem, falsificação de moeda, pirataria, agitação, alta traição e mercenariado. Assim, estão igualmente abrangidos os treze co-réus do processo de envolvimento na "intentona" para derrubar o Governo de Maputo, no ano passado, cujo alegado líder, o general Marcos Mambote, foi já absolvido há dois meses por falta de provas incriminatórias.

Teresa Lima, em Maputo

Moçambique desmente ofensiva

AS FORÇAS ARMADAS de Moçambique desmentiram ontem que tivessem efectuado operações militares em território da Suazilândia, em violação da fronteira comum. Num comunicado divulgado em Maputo, os militares moçambicanos consideraram "caluniosas" as informações do Exército suazi de que está a investigar relatos de "investidas militares" levadas a cabo por tropas do país vizinho, como um ataque contra uma plantação, o rapto de um veterinário e um assalto a um agricultor.

Moçambique

Cessar-fogo amanhã

Iain Christie, em Maputo

O cessar-fogo em Moçambique está previsto para entrar em vigor na quinta-feira, altura em que deverá chegar ao país um grupo de observadores das Nações Unidas, segundo informaram fontes da ONU.

A missão de observadores das Nações Unidas, dirigida pelo diplomata italiano Aldo Ajello, representante especial do secretário-geral Butros Butros-Ghali, incluirá "25 observadores militares e o pessoal de apoio administrativo necessário", segundo uma declaração feita ontem em Nova Iorque.

A mesma declaração adiantava que o primeiro grupo era reduzido devido à falta de tempo, mas que seria secundado por um maior número a fim de se dar cumprimento às tarefas previstas pela ONU, conforme as condições do acordo de paz assinado entre o Governo de Moçambique e os rebeldes da Renamo em 4 de Outubro.

Esta declaração seguiu-se à ratificação do acordo de paz pelo Parlamento moçambicano, na segunda-feira à noite.

A votação para a ratificação foi unânime, tendo sido precedida por uma ovação ao Presidente Joaquim Chissano, que assinou o acordo em Roma com o líder da Renamo Afonso Dhlakama.

"O acordo prevê a entrada em vigor do cessar-fogo... até ao dia 15 de Outubro. Espera-se que as Nações Unidas comecem as suas funções de verificação e supervisão do cessar-fogo nessa data", diz ainda a mesma declaração da ONU.

O dia do cessar-fogo marcará o início de um processo que conduzirá o país às primeiras eleições multipartidárias do país dentro de um ano.

As fases da pacificação

O primeiro passo deverá ser dado pelas forças governamentais e pelos guerrilheiros da Renamo que se deverão reunir, sob a supervisão da ONU, em 49 locais em todo o país. Prevê-se que esta fase demore seis dias.

Durante os 12 meses seguintes está programado o desarmamento, criação de um exército único com 30

mil efectivos e com igual representação de ambas as partes, desmobilização das tropas excedentes e preparativos para as eleições.

As tarefas do representante de Butros-Ghali incluirão a implementação da supervisão do tratado de paz, observação dos preparativos militares e eleitorais, e coordenação dos esforços da ONU.

Este primeiro grupo das Nações Unidas, cujos militares se retirados das forças de manutenção da paz já existentes, irá instalar-se nas três principais cidades moçambicanas — Maputo, Beira e Nampula.

Devido ao número reduzido dos integrantes do grupo, as primeiras fases do cessar-fogo dependerão única e exclusivamente da vontade política de ambas as partes, conclui a declaração.

EXPRESSO, SABADO 17 DE OUTUBRO DE 1992

O papel de Lisboa

PORTUGAL vai ter uma participação importante no processo de pacificação e reconstrução de Moçambique.

As visitas do Presidente Chissano a Lisboa e Paris, logo após a assinatura dos acordos de Roma, tiveram como principal finalidade sondar a disponibilidade dos respectivos governos em ajudar Moçambique a renascer do caos e das ruínas.

A atitude discreta assumida pela diplomacia portuguesa desde o início das negociações de Roma — que gerou polémicas e incompreensões em Portugal — deu bons resultados. Com efeito, nos bastidores, Durão Barroso e a sua equipa intervieram eficazmente — na recta final, quando todo o processo esteve em risco de esborrar-se.

Os agradecimentos expressos do Governo italiano, do norte-americano Herman Cohen e do sul-africano Pick Botha tiveram como primeiro resultado tangível o convite diri-

"O tempo de odiar passou"

DESDE O DIA 4 de Outubro, data da assinatura em Roma do acordo geral de paz, pelo Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, o líder do movimento rebelde Renamo, que praticamente cessaram em todo o território moçambicano as hostilidades.

Chissano dizia ontem no "comício da paz", num campo de futebol no bairro de Chimanculo, no Maputo, perante milhares de pessoas que o momento que estava a viver em Moçambique era "maravilhoso e belo" pois não tinham sido necessários quaisquer medianeiros para pacificar as almas dos moçambicanos. "O tempo de odiar passou, agora é tempo de amar", apelou.

"Foi um começo muito feliz", disse emocionado Chissano, na presença do corpo diplomático, do representante interino do secretário-geral da ONU, em Moçambique, o italiano Aldo Ajello e de alguns membros da equipa de 25 observadores das Nações Unidas que desde quinta-feira se encontram em Moçambique.

Sob um sol escaldante, milhares de pessoas durante seis horas não arredaram pé da praça de Cape-Cape, no Chimanculo, para ouvirem com detalhe as sinuosidades do acordo geral de paz. Um acordo que já tem forma legal, visto ter sido publicado no boletim da República e automaticamente ratificado pela presença em Maputo da missão das Nações Unidas.

Na ocasião, o chefe de Estado moçambicano anunciou que Armando Guebuza, o chefe da delegação do Governo às conversações de Roma, vai encabeçar por parte do executivo de Maputo a missão de supervisão e controlo da ONU, em Moçambique.

De todo o país chegam notícias de paz com elementos da Renamo a pedirem comida junto de colunas de auxílio de emergência, mas sem a prática de violência. Pedidos de encontro, de assistência a populações carentes em áreas controladas pelos rebeldes começam também a ser sinónimo de um novo clima que se está a instalar no país.

Alguns observadores sustentam mesmo que grande parte dos efectivos da Renamo, na maioria raptados em escolas ou aldeias atacadas, acabarão rapidamente por se integrarem nas suas terras de origem e, consequentemente, na vida civil, sem passarem por um pro-

cesso de desmobilização e acantonamento.

O que está em causa neste momento é também e particularmente o futuro não dos políticos e guerrilheiros, mas de milhares de moçambicanos refugiados e deslocados na sua própria terra e actualmente numa situação de miséria e debilidade totais. Uma prioridade absoluta vai ter de ser concedida ao restabelecimento da vida dos deslocados e refugiados que perderam todos os laços com a terra, com a sua cultura e estrutura familiar.

Refugiados no Zimbábue, Malawi, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia e África do Sul são perto de dois milhões. Deslocados das suas zonas, e de si próprios, são outros tantos. Muitos deles têm apenas farrapos em cima do corpo martirizado de sarra, malnutrição e sofrimento.

Renamo adverte

Entretanto, fontes da Renamo comunicaram à Rádio de Moçambique — directamente de um posto de telecomunicações, colocado há um ano e meio no seu quartel-general da Gorongosa por peritos italianos — que tropas governamentais recuperaram algumas localidades nos distritos de Milange, na província central da Zâmbia, de Morrupulo, na província de Nampula, ao norte, e de Mutarara e Singó, na província de Tete, no Nordeste.

No comunicado, a Renamo afirma que estas violações ao acordo geral de paz assinado no dia 4 de Outubro foram já comunicadas ao Presidente Joaquim Chissano, a semana passada, pelo seu representante político em Maputo, Anselmo Vitor. Na altura, Chissano teria garantido que na sua qualidade de comandante-em-chefe das Forças Armadas ia dar ordens para parar com as violações.

A Renamo afirma que se até às dez horas de hoje as tropas governamentais não abandonarem tais posições, estas serão atacadas pelos seus homens.

Um a fonte da Presidência confirmou a notificação da Renamo, da semana passada, mas adiantou que a veracidade dos factos tem de ser apurada. A mesma fonte adiantou que existem já mecanismos apropriados onde devem ser colocadas as denúncias de violações do acordo de paz. Recordou para o efeito a presença já em Maputo do presidente da Comissão de Verificação do Acordo de Paz que é o representante interino do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello. Segundo a mesma fonte, o Governo moçambicano já tem um membro nesta comissão, mas o mesmo não se verifica com a Renamo, que ainda não nomeou ninguém para a representação. ■

Forças
em Maputo

A Segunda República

MAPUTO acordou na quinta-feira com um panorama algo invulgar. Durante a noite, «posters» com o retrato de Afonso Dhlakama, líder da Renamo, tinham sido afixados nas paredes de vários bairros do centro da capital.

Era o primeiro sinal da «nova era» que se inicia com a entrada em vigor do cessar-fogo. Não houve protestos, nem reacções hostis por parte da população, e muito menos da polícia.

«Estamos numa nova República» comentou, sorridente, um oficial da polícia.

Não foi esta a única iniciativa tomada pela Renamo para assinalar o arranque da nova fase de luta que deve culminar com a realização das eleições.

A organização de Afonso Dhlakama pisçou o olho a todos os moçambicanos residentes no estrangeiro, convidando-os a regressar a Moçambique e a aderir ao Movimento para ajudar a reconstruir o país «agora que a luta armada contra o marxismo-leninismo terminou».

O «dia E» do arranque do processo de paz estava condicionado pela chegada do representante especial interino do secretário-geral da ONU, o italiano Aldo Ajello e dos 25 primeiros observadores militares, todos eles oficiais de alta patente.

Capacetes azuis fiscalizam cessar-fogo

A missão visa recolher informações sobre os meios humanos e materiais necessários para o cumprimento das funções de controlo e fiscalização no âmbito dos acordos de Roma, mas também para a ajuda humanitária às populações deslocadas, aos refugiados e os combatentes desmobilizados.

Simultaneamente desembarcaram no aeroporto de Maputo os dez primeiros «capacetes azuis» — quatro norte-americanos, quatro russos e dois franceses — que devem fiscalizar o cessar-fogo e a separação das tropas da Renamo e das tropas governamentais. Eram acompanhados por dois observadores (um militar e um civil) designados pelo Secretário Geral da Organização da Unidade Africana, Salim Ahmed Salim.

Cerca de 3500 «capacetes azuis» da UNAMO deverão chegar nos próximos dias a Moçambique, na sequência da Resolução 783 do Conselho de Segurança da ONU. Numa fase inicial, as Nações Unidas vão instalar missões de verificação nas cidades de Maputo, Beira e Nampula e a coordenação de todas as operações será assegurada pela Comissão de Fiscalização e Controlo (CFC).

gido ao secretário de Estado português para discursar no acto solene da assinatura do Acordo Geral de Paz (o que não aconteceu em Agosto passado), o único representante de um país observador não africano a fazê-lo.

O papel de Portugal na fase de transição que se abre agora em Moçambique não será inferior ao que desempenhou em Angola como medianeiro oficial dos acordos de Bicesse. E é praticamente certa a sua participação — a pedido das duas partes moçambicanas — na Comissão de Verificação e Fiscalização (CVF), presidida pela ONU, e nas outras comissões especiais que funcionarão sob a tutela da CVF.

Para já o Governo de Maputo e a Renamo pediram o apoio dos portugueses para a selecção, organização e formação das futuras Forças Armadas de Moçambique (FADM).

A França e a Grã-Bretanha tinham igualmente oferecido a sua ajuda, mas a RENAMO rejeitou a proposta britânica que previa que as primeiras unidades das FADM fossem formadas por técnicos ingleses numa base militar zimbabueana.

Por outro lado, a situação angolana foi tema obrigatório e dominante em todos os contactos políticos que Durão Barroso teve na capital italiana, à margem das negociações sobre Moçambique.

E, paralelamente, numa altura em que Jonas Savimbi se furtava a qualquer contacto com os governos de Washington e Pretória, foi através da TSF e dos jornalistas portugueses presentes em Roma que Herman Cohen e Pick Botha fizeram chegar as suas primeiras mensagens ao líder da Unita.

Presidida por Aldo Ajello, ex-deputado socialista e alto funcionário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Parece confirmar-se o empenho da Comissão Internacional em cumprir, na medida do possível, os prazos extremamente curtos previstos nos Acordos de Roma. Uma fonte do PNUD disse ao EXPRESSO em Maputo que só para o mês de Novembro vão ser distribuídas cerca de 3 mil toneladas de alimentos em diversas regiões de Moçambique, no âmbito da ajuda de emergência às populações famintas.

Na véspera do cessar-fogo, o Parlamento monopartidário de Maputo aprovou, por unanimidade, uma lei de amnistia para os crimes contra a segurança do Estado que abrangerá, segundo o ministro da Justiça, Osman Ali Dauto, cerca de 500 presos, na sua maioria activistas ou combatentes da Renamo.

O Presidente Chissano disse que a lei «serve para os dois lados, ou para os múltiplos lados», numa alusão aos militares das forças governamentais capturados pela Renamo e cujo número se desconhece.

O diploma prevê também uma amnistia para os presos de delito comum cujos processos criminais tenham sido instaurados antes de 1 de Julho de 1988.

O primeiro efeito concreto do indulto foi a «libertação provisória», anunciada na quinta-feira, dos 13 réus em julgamento em Maputo sob a acusação de envolvimento na tentativa de golpe de estado de 1991. Entre os presos libertados figuram dois veteranos da Frelimo, o tenente-coronel José Moiane e o major Fernando Manhiça, e três irmãos do falecido Presidente Samora Machel — Boaventura, Orlando e Malaque Machel — e uma mulher de 44 anos, Betariz Manuel, amiga da família. Este grupo pertence à «rede golpista» alegadamente liderada pelo ex-chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique, Sebastião Marcos Mabote. Este foi absolvido pelo Supremo Tribunal mas o Ministério Público interpôs recurso da sentença.

A paz dá os primeiros passos e a população de Maputo, inicialmente céptica, começa a acreditar que desta vez as armas vão calar-se. O sentimento de alívio é, por enquanto, um fenómeno sobretudo urbano. A boa nova ainda não chegou às populações rurais, nem aos milhares de fugitivos acossados pela fome e pela guerra que vagueiam pelo interior do país.

Apesar do cessar-fogo, muitas pessoas vão continuar a morrer diariamente em Moçambique, de fome, de doença ou às mãos de saqueadores e grupos armados incontrolados.

Rafael de Chitanga
em Maputo

Moçambique: o espectro da somatização

«EM MOÇAMBIQUE, a questão não é a guerra ou a paz. Trata-se de saber se aquele lugar pode sobreviver como país e se a comunidade internacional é capaz de ajudar os moçambicanos a sair do buraco negro», comentava um diplomata francês, presente em Roma para a assinatura do Acordo Geral de Paz para Moçambique.

Nas horas mais dramáticas que antecederam a assinatura, o embaixador norte-americano Hume, primeiro conselheiro da representação dos EUA junto da Santa Sé, exprimia, por outras palavras, a mesma preocupação. «Não importa o que eles assinem», disse-nos o diplomata norte-americano. «O que importa é que assinem. Quando o fizerem, a comunidade internacional poderá intervir directamente.»

Para os portugueses, ainda acostumados a considerar os PALOP como um todo, a comparação entre os processos de paz em Angola e Moçambique era quase obrigatória, mas para os italianos, por razões também históricas, a referência era a Somália.

E, de facto, à medida que o impasse se prolongava e a ruptura parecia iminente, os diplomatas europeus e africanos presentes em Roma estavam cada vez mais preocupados com a eventual repetição da tomada de Mogadíscio pelas forças do Congresso Unificado Somaliano, enquanto a Itália e o Egipto se esforçavam por reunir uma conferência nacional de todos os opositores ao regime de Siyad Barre.

Desde então, Mogadíscio converteu-se numa cidade fantasma, a Somália ficou entregue a uma guerra de clãs e deixou de ser um Estado segundo as normas internacionalmente aceites. As ONG já desistiram de tentar fazer chegar ajudas alimentares às populações famintas e a agonia de dezenas de milhares de crianças e adultos interpela diariamente a consciência de uma opinião pública ocidental indignada e impotente. Em Roma, nos hotéis de luxo onde decorriam as conversações, estava-se muito longe dos campos de refugiados e do drama das populações moçambicanas que fogem da guerra, da seca e da fome, mas, sobre as mesas dos observadores internacionais, acumulavam-se os relatórios das organizações humanitárias descrevendo a situação em Moçambique como «pior que na Somália». Por outro lado, diplomatas ocidentais acreditados em Maputo relatavam a «disciplina crescente e os motins nas fileiras do exército governamental». Em certas zonas do país há soldados sem salários há mais de seis meses.

Enquanto a Frelimo e a Renamo disputam em Roma as porções de território efectivamente controladas pelas respectivas forças, a realidade do poder parecia escapar cada vez mais aos políticos de ambos lados, em risco de se converterem, da noite para o dia, em generais sem tropas. Entre as capitais e cidades principais, ainda em poder do Governo, se o quartel-general de Afonso Dhlakama,

perto da fronteira com o Malawi, alastra a «terra de ninguém» onde «quem tem uma arma come, quem tem dez espingardas é rei». É a esta situação que a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), presidida pela ONU, e os «capacetes azuis» vão tentar pôr cobro.

Deste facto decorre a prioridade dada, no Acordo de Paz para Moçambique, à organização de um exército nacional e à protecção dos transportes de ajudas humanitárias.

No primeiro caso, não se trata, como em Angola, de desarmar e integrar dois exércitos que, apesar de todas as diferenças, tinham níveis compatíveis de profissionalidade e disciplina, mas de criar, praticamente a partir do zero, umas forças armadas capazes de «actuar no período entre o cessar-fogo e a tomada de posse do novo Governo para proteger as populações civis contra o crime e a violência sob todas as suas formas», como vem estipulado no Protocolo IV.

A partir do cessar-fogo, todos os movimentos de tropas devem ser controlados pela ONU, a quem devem ser comunicados com antecedência os planos de voos de todas as aeronaves.

E são também as Nações Unidas que devem, em colaboração com «os médicos, os observadores e a Cruz Vermelha Internacional, controlar o transporte e a distribuição das ajudas humanitárias».

Enquanto em Bicesse, o Governo de Luanda tinha exigido, e feito aceitar pela UNITA, o princípio da extensão da administração do Estado à totalidade do território nacional, em Roma, os dirigentes de Maputo tiveram de se conformar com o reconhecimento dos poderes «de facto» instaurados nas zonas onde, desde há muito, desapareceu qualquer vestígio de poder de Estado.

Segundo uma emenda de última hora ao Protocolo V, «a administração pública nas zonas controladas pela Renamo deverá ser exercida unicamente por cidadãos nelas residentes podendo estes ser membros da Renamo» e «o Governo compromete-se a respeitar as estruturas e autoridades tradicionais onde elas estejam actualmente de facto exercendo tal autoridade».

Esta cláusula confirma, por si só, as acusações muitas vezes feitas à Renamo de assentar sobre bases tribalistas, mas dá também razão a alguns dos pequenos partidos de oposição que acusam os dois «partidos armados» «de terem feito regressar o país ao estado em que se encontrava dois ou três séculos atrás».

A visão das dificuldades que as forças da ONU e os países empenhados na pacificação de Moçambique vão ter de vencer não ficaria completa sem uma referência aos interesses dos países limítrofes. O Zimbábue, que tem actualmente dez mil homens em Moçambique — a sexta parte das suas forças



armadas —, para garantir o funcionamento do «corredor da Beira», comprometeu-se a respeitar os acordos de Roma se lhe for garantido o livre acesso aos portos moçambicanos.

No próprio dia da chegada a Maputo o representante do secretário-geral da DNU que presidirá à CSC, uma delegação de alto nível do Governo de Harare deslocou-se à capital moçambicana para negociar as condições da retirada das tropas do Zimbábwe.

Formalmente, a retirada deve ser pedida pelo Governo de Maputo, que solicitou a intervenção militar do Zimbábwe, ao abrigo dos acordos de ajuda mútua existente entre os dois países, mas as garantias deverão ser dadas pela ONU e pelos capacetes azuis da UNAMO.

De regresso a Harare, após a assinatura dos acordos de Roma, Robert Mugabe fez questão de lembrar que «o acesso aos portos moçambicanos é vital para a economia dos países da África Austral sem saída para o mar».

No corredor de Nampula e no acesso ao porto de Maputo estão também interessados os agricultores do Transvaal, crescentemente preocupados com a agitação social que afecta os portos sul-africanos e compromete o escoamento das suas exportações. Para não falar do aproveitamento da energia eléctrica produzida pela baragem de Cahora Bassa.

Até às eleições — previstas no prazo de um ano — Moçambique vai entrar em «serviço de reanimação». A sua sobrevivência vai depender da capacidade dos monitores internacionais, da solidariedade da comunidade internacional mas, sobretudo, da vontade dos próprios moçambicanos de voltar a erguer um Estado soberano, pacífico e democrático.

Nicole Guardiola

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 15 OUTUBRO 1990

Renamo ataca em Angoche

REBELDES da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) atacaram ontem de manhã o porto de Angoche, província de Nampula, noticiou a rádio oficial moçambicana. Os combates, que duraram três horas, não causaram nenhos prejuízos graves na cidade, não tendo a emissora reportado a ocorrência de vítimas. O ataque, o incidente mais sério desde a assinatura, no dia 4 de Outubro, em Roma, dos acordos de paz entre a Renamo e o Governo, constitui uma violação do cessar-fogo concluído no quadro destes acordos e que entrou oficialmente em vigor na sexta-feira. A guerrilha ameaça também atacar as tropas governamentais, que acusam de terem ocupado localidades que a Renamo controlava.

África do Sul

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 12 OUTUBRO 1990

Eleições gerais só sem violência

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, disse ontem que as eleições multirraciais previstas nas reformas políticas actualmente em discussão não serão realizadas enquanto não acabar o clima de violência e intimidação.

Em aparente referência ao braço armado do Congresso Nacional Africano (ANC), De Klerk disse, numa sessão especial do Parlamento da Cidade do Cabo, que os exércitos privados têm de ser desmantelados.

O movimento de Nelson Mandela suspendeu, em 1990, as actividades do seu ramo militarizado Umkhonto we Sizwe (também conhecido por "MK", Lança da Nação) mas recusa desmantelá-lo antes do fim do domínio branco.

"Não pode haver qualquer aplicação dos acordos sobre temas constitucionais antes da erradicação efectiva da violência política. Eleições gerais livres, com todos nós a participar, só serão possíveis se a paz prevalecer e a intimidação deixar de existir. A chamada luta tem de dar totalmente lugar à negociação [...] Isto significa a completa desactivação dos exércitos privados, seguida da sua dissolução", disse.

Desde que o Presidente iniciou as reformas, em Fevereiro de 1990, mais de sete mil pessoas morreram na África do Sul, em consequência da violência entre militantes do ANC e rivais do partido zulu Inkhata.

Horas antes da sessão parlamentar, milhares de apoiantes do partido de Mandela manifestaram-se diante do gabinete de De Klerk na Cidade do Cabo, o que levou à mobilização das forças de segurança, armadas de metralhadoras, revólveres e bastões. O ANC previa a concentração de 25 mil pessoas, mas apenas cinco mil apareceram.

"Queremos este lugar [o Parlamento branco] fechado e substituído por um parlamento do povo", disse o dirigente do Partido Comunista Joe Slovo, antes de a multi-

dão formar um cordão humano em volta do edifício.

"O povo não tem voto aqui. O único parlamento em que podemos participar é o parlamento das ruas. Estamos fartos de 300 anos de lei racista. Estamos fartos dos processos que eles [os brancos] usam para manterem-se no poder. Queremos imediatamente um governo provisório de unidade nacional. Queremos eleições para uma Assembleia Constituinte, já", acrescentou Slovo.

O ANC abandonou as negociações Codesa (para a constituição de uma África do Sul democrática) a 17 de Junho, depois do massacre de 43 negros no bairro de Boipatong, mas aceitou regressar ao diálogo no passado dia 26, na sequência de uma cimeira entre Mandela e De Klerk.

O Presidente disse no Parlamento que o seu Governo tem importantes reuniões bilaterais agendadas para as próximas duas semanas, com o ANC, o Inkhata, o Congresso Pan-Africano (PAC) e os partidos brancos de extrema-direita sem assento parlamentar.

"O nosso objectivo continua a ser regressar o mais brevemente possível às negociações multipartidárias", disse De Klerk. Deste diálogo deverão sair os acordos que servirão de base à nova ordem política, pós-apartheid, o único processo — na opinião do Presidente — de evitar "a ditadura da maioria [negra], que conduziria ao desastre".

Avisando que o Governo "não se deixará intimidar", De Klerk fez apelo à maioria negra a "fazer concessões" na negociação. Entre os pontos que considera necessariamente a incluir no texto constitucional, o Presidente sublinhou o estabelecimento de "governos regionais fortes", "um Parlamento bicameral" e uma "co-gestão do poder" para evitar a "concentração de poderes nas mãos de um só partido ou de uma só pessoa".

PÚBLICO

SABADO 17 OUTUBRO 1990

ÁFRICA DO SUL — O Governo sul-africano propôs ontem medidas que dão ao Presidente Frederik de Klerk poderes para ordenar a libertação de prisioneiros e perdoar crimes políticos cometidos antes da eliminação do "apartheid" em Outubro de 1990. O projecto-lei, que deverá ser ratificado pelo Parlamento, não prevê, porém, uma amnistia geral de todos os agentes do Estado como muitos analistas previam. Na quinta-feira, a Câmara mestica do Parlamento sul-africano bloqueou a aprovação de uma emenda constitucional que teria aberto caminho à entrada de ministros negros no Governo.

PÚBLICO

SABADO 17 OUTUBRO 1990

"Pik" Botha

Há poucos anos ainda quase ninguém o recebia. O seu único trabalho era fazer batota, furar o bloqueio internacional que isolava a África do Sul. Hoje, tornou-se um espécie de "pivot" diplomático africano: há dias Moçambique, agora Angola. Em política, o que parece é, dizia o dr. Selazar.



PÚBLICO

DOMINGO 18 OUTUBRO 1990

Jarre na África do Sul

O COMPOSITOR francês Jean-Michel Jarre dará nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro os seus primeiros concertos na África do Sul, em Sun City, no bantustão de Bophuthatswana — anunciou, na quinta-feira, em Joanesburgo, a empresa Sun International, a organizadora dos tais espectáculos Sun City, que durante os anos 80 foi boicoteada pelos artistas anti-"apartheid", veio a ser rehabilitada, no ano passado, com o acordo do Congresso Nacional Africano (ANC).

Zulus em marcha guerreira contra acordos Governo-ANC

Milhares de zulus, entoando cânticos de guerra e exibindo lanças e machados, confundiram ontem para o centro de Joanesburgo, num claro desafio à proibição do uso de armas tradicionais em manifestações, recentemente decretada pelo Governo sul-africano.

Cerca de 15 mil apoiantes zulus do Partido da Liberdade Inkatha de Mangosuthu Buthelezi concentraram-se num estádio na periferia da cidade e depois marcharam em direcção ao quartel-general da polícia, em protesto contra os acordos firmados no passado dia 26 de Setembro entre o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, e o Presidente Frederick de Klerk. Acordos que prevêem nomeadamente a proibição de armas perigosas — incluindo as tradicionais — nas manifestações, e par do encerramento das "vilas-dormitórios" que se tornaram bastiões do Inkatha e consideradas como fonte da violência interétnica. Calcula-se que perto de 2700 pessoas foram mortas desde Janeiro nos confrontos que, com frequência, têm oposto militantes do ANC e do Inkatha.

A eleição de uma Assembleia Constituinte é outro dos pontos totalmente rejeitados pelo Inkatha. "A África do Sul rejeita os acordos secretos Mandela-De Klerk" e "Parem com a violência, dissolvam Umkhonto We Sizwe" (MK, o braço armado do ANC) eram alguns dos cartazes exibidos pelos participantes no desfile, que foi seguido por sete observadores da ONU na África do Sul.

Os manifestantes entregaram uma petição, na qual acusam De Klerk e Mandela de conluio para afastarem a "nação zulu" de um futuro acordo pós-"apartheid". Os zulus exigem ainda a convocação de uma conferência multipartidária que se deve pronunciar sobre os acordos De Klerk-Mandela e que marcaram o regresso do ANC as conversações, após cinco meses de boicote. O memorando acusa também De Klerk de "apoiar os métodos antidemocráticos e violentos do ANC" e diz que o Governo "negou os seus compromissos".

Um lugar ao sol

Dirigindo-se aos seus apoiantes, Buthelezi agradeceu-

-lhes "tudo o que até agora fizeram para que a nação zulu consiga um lugar ao sol" e garantiu que só reataria as conversações com o chefe de Estado sul-africano quando estivesse seguro da obtenção de resultados positivos. "Reunir-nos por reunir não é bom", disse aos seus militantes. Mas, em declarações à Reuter, admitiu que responsáveis do seu partido se têm encontrado com diversos ministros, para discutir as bases de novas conversações com o poder branco.

O chefe zulu descreveu a marcha de sábado como um "acontecimento nacional zulu" e não uma iniciativa do Inkatha. Uma distinção crucial, atendendo à proibição policial do uso de armas em manifestações políticas. Apesar de a polícia ter considerado a marcha um acontecimento político, não se registaram incidentes. As forças de segurança limitaram-se a seguir discretamente a marcha, enquanto um carro blindado se colava à manifestação para permitir a uma polícia registar o acontecimento em vídeo.

Apesar de os zulus constituírem a maior etnia sul-africana, o ANC é considerado o maior partido negro e tem por diversas vezes acusado o Inkatha de colaborar com a polícia na onda de violência que se abateu sobre as "vilas-dormitórios" sul-africanas. O próprio direito de Buthelezi falar em nome dos seis milhões de zulus tem vindo a ser contestado, sobretudo após a surda "guerra civil" que lançou zulus contra zulus na sua província de origem, o Natal.

Em Joanesburgo, um grupo de "advogados independentes" criticou na sexta-feira o ANC por ter rompido os acordos de paz assinados o ano passado e de ter organizado falsos processos de dirigentes políticos e ter queimado a bandeira sul-africana. O grupo, que representa o Acordo de Paz Nacional, de que o ANC é também signatário, também criticou violentamente a ausência do movimento de Nelson Mandela na audiência destinada a esclarecer o caso. Segundo o comunicado do grupo, os falsos processos de dirigentes políticos, organizados numa reunião do ANC em Julho passado na cidade do Cabo, e as acusações contra o presidente De Klerk, acusado de "assassino", constituem "um desprezo absoluto" pelo acordo de paz. ■

Novo partido vai surgir em S. Tomé e Príncipe

Um novo partido, provavelmente inspirado no projecto político do actual Presidente da República de S. Tomé, Miguel Trovoada, deverá surgir brevemente no espectro político deste país africano de expressão oficial portuguesa.

A criação de uma nova formação política tem sido discutida por pessoas próximas de Miguel Trovoada, designadamente quadros técnicos e intelectuais, e o próprio Presidente não se distancia do projecto, considerando isso "um passo importante para o aprofundamento da democracia são-tomense".

Em declarações aos jornalistas no último dia da sua visita de Estado a Portugal, Miguel Trovoada sublinhou que o eventual aparecimento de um novo partido "não é um projecto pessoal" mas ressaltou que as pessoas próximas de si, incluindo alguns dos seus familiares conotados com este novo projecto partidário, "têm tanto direito como quaisquer outros cidadãos de criar partidos".

Nos meios políticos são-tomenses a passagem de três membros do gabinete de Miguel Trovoada à condição de independentes, abandonando a militância do Partido de Convergência Democrática (PCD), tem sido interpretada como um sinal da aproximação do Presidente à ideia da criação de um novo partido. Uma nova formação política que poderá sustentar uma eventual recandidatura de Miguel Trovoada e, por outro lado, criar condições para que sejam aplicadas as reformas políticas e económicas preconizadas pelo chefe de Estado.

Estabilidade

Miguel Trovoada, que tem mantido, pontualmente, relações políticas de alguma tensão institucional com o primeiro-ministro, Norberto Costa Alegre, afastou ontem o espectro da instabilidade política.

"A nomeação do actual primeiro-ministro obedeceu às regras da Constituição. Teve em conta o resultado eleitoral de Janeiro do ano passado obtido pelo PCD que, depois da queda de Daniel Dáio, formou um novo executivo. Nessa altura, Norberto Costa Alegre tinha cristalizado em si grande parte da hostilidade popular porque era minis-

tro das Finanças e o responsável pela medida de ajustamento estrutural". Miguel Trovoada lembra que nessa altura havia em S. Tomé um certo clima de "perturbação social, com um movimento de opinião a exprimir-se claramente contra Costa Alegre", justificando a demora da nomeação do actual primeiro-ministro.

Segundo diz, a actual situação é diferente no que respeita ao relacionamento institucional. "Não há problemas. Em termos institucionais as relações normalizaram-se e quanto à situação política pode dizer-se que existe um certo clima de estabilidade".

Isto apesar de há pouco tempo ter circulado nos bastidores da política não-tomense um documento, cuja autoria é atribuída a Filinto Costa Alegre, líder parlamentar do PCD e um dos primeiros-ministros, defendendo que, a exemplo de alguns pequenos países do modelo asiático, se efectuasse uma limitação temporária dos direitos políticos, designadamente da oposição, para que se tribuísse mais facilmente pela via do progresso.

Miguel Trovoada confirmou ter tido conhecimento do referido documento mas afirmou ser a sua importância salientando que nunca chegou a ter a forma de proposta parlamentar, sem a influenciar o curso da "normalização democrática".

Pobreza

Em jeito de balanço da sua visita de Estado a Portugal, Trovoada manifestou-se relativamente optimista quanto a um eventual crescimento de interesse de investidores portugueses em instalarem-se em S. Tomé.

Para Miguel Trovoada, o seu país pode vir a constituir uma boa porta de entrada para as agências económicas na cidade num mercado de 150 milhões de pessoas — de países como a Argélia, o Gabão, o Camerão, a Guiné Equatorial —, no contexto de futuro criação de uma zona franca no país.

Depois, S. Tomé e Príncipe oferece boas recursos naturais para que se desenvolvam sectores como o do turismo, da pesca e da agricultura.

Mas para que isso aconteça muito terá ainda que mudar em S. Tomé. É o próprio Miguel Trovoada que o reconhece: "Somos ainda um país muito pobre, carente de infra-estruturas essenciais para a captação de bons investimentos estrangeiros". Sublinhou o chefe de Estado são-tomense, referindo-se às carências do seu país nos domínios da energia, da água, de vias de comunicação. Também a questão da saúde representa uma preocupação para o país, já que é um dos principais focos de anemia e de paludismo na zona da África Central.

Recorda-se que o salário mínimo em S. Tomé é na ordem dos 2500 escudos e o seu índice de produtividade é um dos mais pequenos do mundo. ■